

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE MEDICINA
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO NA SAÚDE**

AUGUSTO CÉSAR ALVES DE OLIVEIRA

**PERCEPÇÃO DISCENTE QUANTO ÀS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS APÓS
AVALIAÇÃO DO CURSO DE FISIOTERAPIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE
ENSINO SUPERIOR**

Maceió - AL

2014

AUGUSTO CÉSAR ALVES DE OLIVEIRA

**PERCEPÇÃO DISCENTE QUANTO ÀS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS APÓS
AVALIAÇÃO DO CURSO DE FISIOTERAPIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE
ENSINO SUPERIOR**

Trabalho Acadêmico de Conclusão de Curso de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino na Saúde.

Orientador: Prof. Dr. Mário Jorge Jucá.

Maceió – AL

2014

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecário Responsável: Valter dos Santos Andrade

O48p Oliveira, Augusto César Alves de.
Percepção discente quanto às mudanças implementadas após avaliação do curso de fisioterapia em uma instituição de ensino superior / Augusto César Alves de Oliveira – 2014.
63f.

Orientador: Mário Jorge Jucá.
Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino na Saúde) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde. Maceió, 2014.

Inclui bibliografias.
Apêndices: f. 55-63.

1. Fisioterapia – Estudo e ensino. 2. Ensino superior – Avaliação. 3. Alunos de fisioterapia - Percepção. 2. Professores de fisioterapia - Percepção. I. Título.

CDU: 615.8: 378.1



Universidade Federal de Alagoas
Faculdade de Medicina
Programa de Pós-graduação em Ensino na Saúde

FAMED - UFAL - Campus A. C. Simões
Av. Lourival Melo Mota, S/N
Cidade Universitária - Maceió-AL
CEP: 57072-970
E-mail:mpesufal@gmail.com

Defesa do Trabalho Acadêmico de Mestrado do aluno **Augusto César Alves de Oliveira**, intitulado: **"Percepção Discente quanto às Mudanças Implementadas após Avaliação do Curso de Fisioterapia em uma Instituição de Ensino Superior"**, orientado pela Prof. **Dr. Mário Jorge Jucá**, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Saúde, da Universidade Federal de Alagoas, em 13 de agosto de 2014.

Os membros da Banca Examinadora consideraram o candidato Aprovado.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Mário Jorge Jucá - (UFAL)

Profª. Drª. Maria de Lourdes Fonseca Vieira - (UFAL)

Prof. Dr. Paulo José Medeiros de Souza Costa - (UNCISAL)

DEDICATÓRIAS

À Deus, ser supremo que me fortalece!

Aos meus pais, Augusto Almeida de Oliveira e Marlene Alves de Oliveira.

À minha esposa, Jonólia Costa Rodrigues. Com amor e admiração.

Aos Familiares, com afeição.

AGRADECIMENTOS

Ao dileto Prof. Dr. Mário Jorge Jucá, meu orientador neste mestrado. Com ele aprendi o rigor científico, e a paciência da maturação emocional para realização deste estudo, que levarei comigo.

Ao Prof. Dr. Jorge Artur Peçanha de Miranda Coelho, que com muita paciência e disponibilidade em muito contribuiu, tanto na análise estatística quanto na elaboração do questionário e coleta de dados.

Ao corpo docente e administrativo do Programa de Mestrado em Ensino na Saúde da Universidade Federal de Alagoas.

À Faculdade de Medicina – FAMED, da Universidade Federal de Alagoas, em nome do seu diretor Professor doutor Francisco José Passos Soares.

À Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL, em nome da reitora Rozangela Maria de Almeida Fernandes Wyszomirska, onde exerço a honrosa docência.

Aos colegas da UNCISAL, Ana Rita Firmino, Ana Paula Cajaseiras, e Marcilio Brandão que me auxiliaram, desde o momento em que decidi me candidatar a vaga do mestrado.

Aos estudantes de fisioterapia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL.

E de modo muito especial a todos os meus colegas de mestrado, por terem compartilhado comigo um pouco de suas vidas durante o tempo em que estivemos juntos.

“Quem se retira, não foge”

Cervantes

RESUMO

Este estudo teve como objetivo identificar a percepção discente quanto às mudanças implementadas após avaliação do curso de fisioterapia pelo Conselho Estadual de Educação de Alagoas em 2009. Passar por um processo avaliativo é, muitas vezes, desagradável, sempre gera insegurança, receios, insatisfações, conflitos e desconfianças em relação à autenticidade ou demandas elencadas. Por outro lado, gera conhecimentos, que possibilitam planejar ações destinadas à superação das dificuldades. Trata-se de um estudo correlacional e de comparação entre participantes, em que foram considerados dois conjuntos principais de variáveis: antecedentes (percepção discente) e conseqüentes (organização didático-pedagógica, corpo docente, e infra-estrutura). Participaram deste estudo 159 discentes de fisioterapia de uma IES pública de Maceió-AL, sendo 27 (17%) homens e 132 (83%) mulheres, com idade variando entre 17 e 38 anos ($M= 21,86$; $DP=3,54$). Os participantes responderam um questionário estruturado que aferia seu grau de percepção quanto às mudanças implementadas no curso e coletados dados sociodemográficos. Evidenciou-se baixa percepção discente das mudanças implementadas pelas IES nas dimensões pesquisadas: organização didático-pedagógica (média=2,80), corpo docente (média=3,27) e infra-estruturar (média=1,97), resultando em baixo nível de satisfação sobre o curso. Esta realidade demonstra a necessidade da instituição implantar uma política de divulgação e sensibilização discente, frente às mudanças implementadas no curso,

Palavras-chaves: 1. Avaliação de curso; 2. Fisioterapia; 3. Percepção discente.

ABSTRACT

This study aimed to identify student perceptions regarding changes implemented after review by the State Board of Education of Alagoas in the course of physical therapy in 2009. An evaluation process is often unpleasant, always creates insecurity, fears, dissatisfactions, conflicts and suspicions regarding the authenticity or listed demands. On the other hand, generates knowledge that enables plan actions aimed at overcoming difficulties. This is a correlational study and comparison participants, they were considered two main sets of variables: background (student perception) and consequent (didactic and pedagogical organization, faculty, and infrastructure). Participants were 159 students from a public university of Maceió-AL, 27 (17%) men and 132 (83%) women, aged between 17 and 38 years ($M = 21.86$, $SD = 3.54$). The participants answered a structured questionnaire that measures the degree of student perceptions regarding changes implemented; and provide their sociodemographic characteristics. Revealed a low student perception of the changes implemented by university in surveyed dimensions: pedagogical-didactic organization (mean = 2.80), faculty (mean = 3.27) and infra-structure (mean = 1.97), resulting in low level of satisfaction. This reality demonstrates the necessity of establishing a disclosure policy and student awareness to the changes implemented in the course.

Keywords: 1. Evaluation of course; 2. Physical therapy; 3. Student perception.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição das médias, desvio padrão, mínimo e máximo, erro padrão, intervalo de confiança de 95%, referente às 3 dimensões avaliadas do curso de fisioterapia da Uncisal, 2013.....	33
Tabela 2	Grau de satisfação dos discentes quanto à dimensão organização didático-pedagógico do curso de fisioterapia da Uncisal, 2013.....	33
Tabela 3	Grau de satisfação dos discentes quanto à dimensão organização didático-pedagógico por questões pesquisadas.....	34
Tabela 4	Grau de satisfação dos discentes quanto à dimensão corpo docente do curso de fisioterapia da Uncisal, 2013.....	34
Tabela 5	Grau de satisfação dos discentes quanto à dimensão corpo docente por questões pesquisadas.....	35
Tabela 6	Grau de satisfação dos discentes quanto à dimensão infra-estrutura do curso de fisioterapia da Uncisal, 2013.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS, SÍMBOLOS

Abenfisio	Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia
CEE	Conselho Estadual de Educação
CES	Câmara de Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNS/MS	Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
IES	Instituição de Ensino Superior
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PPC	Projeto Político Pedagógico do Curso
Propep	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Sinaes	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
Ufal	Universidade Federal de Alagoas
Uncisal	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	13
2	ARTIGO: PERCEPÇÃO DISCENTE QUANTO ÀS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS APÓS AVALIAÇÃO DO CURSO DE FISIOTERAPIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.....	15
2.1	INTRODUÇÃO.....	15
2.2	REVISÃO DA LITERATURA.....	18
2.2.1	Considerações gerais	18
2.2.2	Avaliação da qualidade do ensino	19
2.2.3	A avaliação da qualidade do ensino na legislação nacional	21
2.2.3.1	Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)	21
2.2.3.2	Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de fisioterapia.....	22
2.2.3.3	O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)	24
2.2.3.3.1	Auto-avaliação.....	26
2.2.3.3.2	Avaliação dos cursos de graduação	27
2.2.3.3.3	Avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE)	28
2.2.4	Avaliação de curso pelo Conselho Estadual de Educação de Alagoas (CEE/AL).....	28
2.2.5	A participação do estudante na avaliação da qualidade do ensino superior.....	29
2.3	MATERIAL E MÉTODO.....	30
2.3.1	Casuística e Método.....	30
2.3.1.1	Delineamento	30
2.3.1.2	Amostragem.....	30
2.3.1.3	Procedimentos e instrumentos	30
2.3.2	Análise estatística.....	32
2.4	RESULTADOS	32
2.4.1	.Considerações gerais..	32
2.4.2	..Dimensão organização didático-pedagógico	33
2.4.3	. Dimensão corpo docente	34
2.4.4	. Dimensão infra-estrutura	35
2.5	. DISCUSSÃO	36
2.5.1	. Dimensão organização didático-pedagógico	36

2.5.2	Dimensão corpo docente	38
2.5.3	Dimensão infra-estrutura	41
2.6	CONCLUSÃO	43
	REFERÊNCIAS.....	43
3	PRODUTO DE INTERVENÇÃO: “FÓRUM PERMANENTE DO CURSO DE FISIOTERAPIA DA UNCISAL”	48
3.1	Introdução.....	48
3.2	O que é um Fórum Permanente?.....	49
3.3	Criação do Fórum Permanente do curso de Fisioterapia.....	49
3.4	Estrutura e funcionamento do Fórum Permanente do curso de Fisioterapia.....	51
3.5	Atribuições do Fórum Permanente do curso de Fisioterapia.....	51
3.6	Considerações finais.....	51
	Referências	52
4	CONCLUSÃO GERAL	53
	REFERÊNCIAS GERAIS.....	54
	APÊNDICE A - Formulário de coleta de dados.....	55
	APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	57
	ANEXO A – Termo de Autorização da Instituição pesquisada.....	59
	ANEXO B – Parecer substanciado do Comitê de Ética em Pesquisa/UFAL.....	60
	ANEXO C – Comprovante de submissão de artigo à revista.cientifica.....	63

1 APRESENTAÇÃO

O presente estudo foi desenvolvido no Programa de Mestrado Profissional em Ensino na Saúde da Faculdade de Medicina (FAMED) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e teve como objetivo: identificar a percepção dos discentes sobre as mudanças implementadas após avaliação do curso de fisioterapia pelo Conselho Estadual de Educação - CEE/AL.

A avaliação das condições de oferta de cursos de ensino superior brasileiro vem se tornando um tema recorrente e objeto de debates por parte da comunidade acadêmica (ANTUNES, POLITO, RESENDE, 2010).

A preocupação com a melhoria da qualidade do ensino deixou de ser buscada através de tentativas de reformas, cujo desenvolvimento e resultados não se tornavam visíveis no âmbito da comunidade como um todo (PEIXOTO, 2011).

Surge então, fruto do amadurecimento, uma cultura de avaliação acadêmica, que busca conciliar as necessidades de expansão e as inovações educacionais com a qualidade do processo educacional (STELLA & ABDALLA, 2011).

A avaliação passou a ser um contínuo repensar sobre os fins e propósitos da Instituição, abrangendo a determinação de critérios e parâmetros previamente estabelecidos que façam referências às mudanças pretendidas nas políticas educacionais, nos projetos de desenvolvimento institucionais, nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, e convencimento e comprometimento dos atores envolvidos (DIAS & KETZER, 2007).

O curso de fisioterapia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL, criado em 1996 (Portaria SEE/AL 820/95), durante toda sua existência, passou por processos de reestruturação decorrentes da adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais (2002) e das avaliações de curso do Conselho Estadual de Educação de Alagoas – CEE/AL.

Em 2009, o curso ficou em diligência, após ser avaliado pelo CEE/AL, devido às fragilidades encontradas, sendo recomendado o saneamento das mesmas.

A UNCISAL, para adequar o curso de fisioterapia às exigências legais e pedagógicas implementou mudanças para sanar as demandas apontadas no relatório.

Uma vez implementadas as medidas saneadoras, restava saber se os atores envolvidos, de modo particular o discente, as perceberam. Os discentes são observadores privilegiados, por isso devem ser considerados pela IES como parceiros em seu processo de ensino e de melhorias. (LAPA & NEIVA, 2007).

Portanto, captar seu grau de satisfação quanto ao ensino ofertado pode se revelar importante, pois traz à tona o ponto de vista de cada sujeito, apurando referenciais, considerados de qualidade, que estão ligados ao que pode ser considerado de utilidade reconhecida e aceita por aqueles que dão sentido aos resultados do desempenho acadêmico (LAPA & NEIVA, 2007; SOUZA & REINERT, 2010).

Assim, se desenvolveu este estudo, objetivando identificar a percepção dos discentes sobre as mudanças implementadas no curso de fisioterapia após avaliação pelo Conselho Estadual de Educação - CEE/AL, em 2009.

Evidenciou-se baixa percepção discente das mudanças implementadas pelas IES, resultando em baixo nível de satisfação. Esta realidade demonstra a necessidade da instituição implantar uma política de divulgação e sensibilização discente frente às mudanças implementadas no curso.

Este trabalho acadêmico é composto por um artigo científico, submetido ao periódico Cadernos de Pesquisa em Educação do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Espírito Santo, e um produto que refletirá na melhoria da qualidade do curso de fisioterapia.

O produto é a criação de um fórum permanente de avaliação do curso, que atuará como um cenário de debates sobre o desenvolvimento do mesmo e melhoria da formação do fisioterapeuta. Este produto foi aprovado pelo colegiado do curso, e inserido no novo Projeto Político Pedagógico, passando a fazer parte das estratégias de avaliação interna do curso de fisioterapia.

Depois de encerrada a pesquisa, elaborou-se um artigo científico, submetido ao periódico Cadernos de Pesquisa em Educação do programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Espírito Santo.

Como produto proveniente desta pesquisa foi sugerido a criação de um fórum permanente de avaliação do curso, que atuaria como um cenário de debates sobre o desenvolvimento do curso. O fórum foi aprovado pelo colegiado e inserido no novo Projeto Político Pedagógico, passando a fazer parte das estratégias de avaliação interna do curso.

2 ARTIGO: PERCEÇÃO DISCENTE QUANTO ÀS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS APÓS AVALIAÇÃO DO CURSO DE FISIOTERAPIA EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR.

2.1 INTRODUÇÃO

A avaliação das condições de oferta de cursos de ensino superior brasileiro vem se tornando um tema recorrente e objeto de debates por parte da comunidade acadêmica (ANTUNES, POLITO, RESENDE, 2010).

A década de 80 representou o início de tempo no âmbito da educação superior brasileira, com a realização de diversos seminários, e um encontro nacional para tratar sobre “Avaliação do Ensino Superior”. Porém, foi na década de 90 que foram estruturadas e implementadas atividades de avaliação institucional, como o “Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras” (PAIUB), o “Exame Nacional dos Cursos de Graduação” (ENC) e as “Comissões de Especialistas” (CES) do Ministério da Educação (DE BEM, 2012; PASQUINI et al., 2012).

Este cenário de debates, de propostas e de realizações, teve um impacto, mais especificamente, a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI nº 9.394/96), que determina que o Estado é o responsável em promover os processos avaliativos da educação, visando a melhoria e a consolidação da qualidade do ensino (BRASIL, 1996; ANTUNES, POLITO & RESENDE, 2010).

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) estabelecidas no ano de 2002, para o curso de graduação em Fisioterapia geraram a necessidade dos cursos investirem na construção de propostas pedagógicas e na infra-estrutura com o objetivo de atender as exigências e possibilitar a incorporação de novas necessidades (TEIXEIRA, 2010).

A consolidação desse processo de mudança no campo da avaliação surge a partir da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Deste modo, implantou-se um processo de avaliação dos cursos de graduação, dentre eles o curso de fisioterapia, dividido em 3 (três) dimensões: 1. Organização didático-pedagógico; 2. Corpo docente, técnico-administrativo e corpo discente; e 3. Infra-estrutura. O objetivo principal desse processo é o monitoramento das condições de ensino (BRASIL, 2004; STELLA & ABDALLA, 2011).

Como resultado das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação ou pelos Conselhos Estaduais de Educação, é elaborado um relatório, onde é especificado o conceito

do curso, e se o mesmo continuará ou não reconhecido. Em ambos os casos são apontadas as potencialidades e fragilidades do curso para que sejam corrigidas antes de um descredenciamento. Mudanças são implementadas, tomando por base obrigatoriamente esse relatório da avaliação externa, como também os relatórios das avaliações internas, visando a adequação do curso às exigências preconizadas para cada curso de graduação (BRASIL, 2004; PEIXOTO, 2011; TEIXEIRA, 2010).

A Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL, criada pela Lei nº 6.660, de 28 de dezembro de 2005, é uma entidade autárquica estadual gratuita e sem fins lucrativos, que tem como ênfase o campo das ciências da saúde, de caráter pluridisciplinar, cuja missão é desenvolver atividades interrelacionadas de ensino, pesquisa, extensão e assistência, produzindo e socializando conhecimento, contribuindo para a formação de profissionais aptos a implementar e gerir ações que promovam o desenvolvimento sustentável, atendendo às demandas do Estado de Alagoas e da região.

A UNCISAL oferta 5 cursos de bacharelado (enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, medicina e terapia ocupacional), 4 cursos superiores de tecnologia (sistemas biomédicos, processos gerenciais, análise e desenvolvimento de sistemas e tecnológico em radiologia) e cursos de educação profissional de nível médio (técnico de enfermagem e técnico de laboratório).

O curso de fisioterapia UNCISAL foi criado em 1996 (Portaria SEE 820/95) e reconhecido em 14 de abril de 2003 (Resolução nº 001/2003 – CEE/AL) e, durante toda sua existência, passou por processos de reestruturação decorrentes da adequação às Diretrizes Curriculares Nacionais (2002) e das avaliações CEE/AL.

A decisão por desenvolver este estudo surgiu a partir da experiência vivenciada por um dos pesquisadores, que, durante sua atividade docente no curso de fisioterapia da IES, passou por dois processos de avaliação externa do curso: o primeiro, em 2003, para o reconhecimento do curso e; o segundo, em 2009, para renovação do curso.

No processo avaliativo de 2003, o curso foi reconhecido e obteve conceito “B”, demonstrando condições adequadas e de qualidade para a formação profissional.

Já o relatório do processo avaliativo, realizado em 2009 pelo Conselho Estadual de Educação-CEE/AL, utilizando-se do instrumento do SINAES, determinou que o curso estava em diligência, devido às fragilidades encontradas, sendo recomendadas o saneamento das seguintes demandas: necessidade de nova organização do curso, com elaboração/reflexão de um novo projeto político pedagógico, oferta de cenários de aprendizagem diversificados,

reorganização de carga horária das disciplinas; de política de educação permanente dos professores, com titulação dos professores; melhorias nos laboratórios, no acervo bibliográfico e nas salas de aulas.

A UNCISAL, num esforço para adequar o curso de fisioterapia às exigências legais e pedagógicas, apontadas nos relatórios da avaliação de curso, implementou mudanças com vistas a atingir um nível de funcionamento adequado que atendesse as três dimensões do SINAES, e, conseqüentemente, sair do processo de diligência.

Dentre as mudanças implementadas, podemos citar: elaboração/reflexão de um novo projeto político pedagógico; ampliação e diversificação dos cenários de aprendizagem; reorganização de carga horária das disciplinas; criação de uma política de educação permanente dos professores, com incentivo à titulação dos professores e capacitação didático-pedagógica; divulgação no site da instituição dos planos de ensino e cronogramas das aulas; melhorias dos laboratórios gerais e específicos, com aquisição de equipamentos e melhoria na infra-estrutura; criação de laboratórios de informática; acesso a internet via rede *wifi*; criação de uma política de aquisição e melhoria do acervo bibliográfico, acesso portal da CAPES; melhoria em todas as salas de aulas, com climatização e equipamentos multimídia; e criação de área de convivência.

Uma vez implementadas as medidas saneadoras, restava saber se os atores, de modo particular o discente, as perceberam. Diante deste contexto, e pelo escasso número de estudos sobre o tema, surgiu o interesse em investigar a percepção do discente de fisioterapia, por ser relevante e de interesse social, visto ser, na atual realidade da educação brasileira, a escuta do discente uma necessidade, pois é na interação com este que o processo educacional atinge seu ponto máximo, possibilitando uma melhor formação profissional do fisioterapeuta.

Segundo Abreu & Masseto (2011) o universo de conhecimentos, as experiências e as situações vivenciadas permitem que os alunos possam contextualizar o contato experimental com problemas práticos de natureza social, ético e profissional, reflexo da percepção da qualidade do curso.

A avaliação deve considerar os aspectos que dependem da visão dos observadores e a posição que eles se colocam quando em relação ao objeto de seu interesse. Os discentes são observadores privilegiados, por isso devem ser considerados pela IES como parceiros em seu processo de ensino e de melhorias. Portanto, captar seu grau de satisfação quanto ao ensino ofertado pode se revelar importante, pois traz à tona o ponto de vista de cada sujeito, apurando referenciais considerados de qualidade, que estão ligados ao que pode ser considerado de utilidade reconhecida e aceita por aqueles que dão sentido aos resultados do

desempenho acadêmico (LAPA & NEIVA, 2007; SOUZA & REINERT, 2010; ABREU & MASSETO 2011).

O problema da investigação assim se expressa: “Qual a percepção do discente do curso de fisioterapia da UNCISAL quanto às mudanças implementadas após a Avaliação do Curso de Fisioterapia pelo Conselho Estadual de Educação - CEE/AL?”

O objetivo geral deste estudo foi identificar a percepção dos discentes sobre as mudanças implementadas no curso de fisioterapia após avaliação do curso de fisioterapia pelo Conselho Estadual de Educação - CEE/AL, em 2009. Os objetivos específicos foram : identificar quais dimensões da avaliação realizada apresentaram maiores ou menores fragilidades e potencialidades; e analisar as mudanças perceptíveis pelo discente após as implementações realizadas pela Instituição.

2.2 REVISÃO DA LITERATURA

2.2.1 Considerações gerais

A universidade, enquanto organização complexa e atípica, para atender às novas demandas do conhecimento pela sociedade, tem passado por um processo de reestruturação e adaptação frente a diversos desafios, destacando-se: a expansão do sistema de ensino superior, o aumento do controle externo via avaliações, as regulamentações em decorrência da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), a utilização das tecnologias de informação e comunicação, bem como a necessidade de padrões gerenciais mais eficientes e eficazes que dinamizem o processo de aprendizagem.

Para Dellors (2012) o ensino superior:

é, em qualquer sociedade, um dos motores do desenvolvimento econômico e também um dos pólos da educação ao longo de toda a vida. Ao mesmo tempo é depositário e criador de conhecimento. Por outro lado, é o instrumento principal de transmissão da experiência cultural e científica acumulada pela humanidade. Num mundo em que os recursos cognitivos, como fatores de desenvolvimento, tornam-se mais importante do que os recursos materiais.

Ocorreu no Brasil um aumento expressivo de Instituições de Ensino Superior (IES) em decorrência das políticas neoliberais. No Brasil e na América Latina predomina a expansão do setor privado de educação, ao passo que o setor público passa por redução de financiamentos (PERIN, 2011; STELLA & ABDALLA, 2011).

Paralelo à ampliação da oferta de cursos superiores emerge, como uma necessidade premente, uma cultura de avaliação acadêmica, que busca conciliar as

necessidades de expansão e as inovações educacionais com a qualidade do processo educacional (PEIXOTO, 2011; STELLA & ABDALLA, 2011).

Dellors (2012) ainda aponta que, com o fenômeno da massificação, representado pela pressão que sofre os estabelecimentos de ensino para abrir as portas para um maior número de candidatos, as avaliações institucionais tornam-se um desafio a ser vencido.

Os processos de avaliação dos cursos e das universidades têm ganhado destaque e força na atualidade, sendo objeto de debate e de profundas reformulações, no Brasil e no mundo (PALHARINI, 2007).

Segundo Belloni (2007) e Stella & Abdalla (2011) o debate sobre as tentativas mais significativas de implementar a avaliação de modo sistemático no Brasil datam do início da década de 80, com o Programa de Avaliação das Instituições Universitárias Brasileiras (PAIUB), destinado a estimular e fomentar um processo de avaliação institucional de caráter formativo e desenvolvido em três fases: avaliação interna ou auto-avaliação; avaliação externa por especialistas das áreas de conhecimento e/ou representantes da comunidade externa; e reavaliação, para planejamento das ações necessárias à melhoria da qualidade dos cursos. Este programa foi oferecido como ferramenta de avaliação institucional, com livre adesão das IES.

2.2.2 Avaliação da qualidade do ensino

A meta para o milênio preconizado pela Organização das Nações Unidas era atingir o grau de excelência em qualidade no ensino superior. O Brasil e muitos países não atingiram esta meta. E, novamente a cúpula de Nova York, traçou nova meta para se alcançar um número crescente de indivíduos ingressantes no ensino superior de qualidade, abrangendo a determinação de critérios e parâmetros previamente estabelecidos que façam referências às mudanças pretendidas nas políticas educacionais, nos projetos de desenvolvimento institucionais, nos projetos políticos pedagógicos dos cursos, e no convencimento e comprometimento dos atores envolvidos (DIAS & KETZER, 2007).

A preocupação com a qualidade do ensino deixou de ser buscada através de tentativas de reformas, cujo desenvolvimento e resultados não se tornavam visíveis no âmbito da comunidade como um todo. Passou a ser um contínuo repensar sobre os fins e propósitos da Instituição (DIAS & KETZER, 2007; ABREU JÚNIOR, 2009; PEIXOTO, 2011).

A avaliação institucional e de curso, no contexto brasileiro, surge como mecanismo balizador da qualidade das IES, cumprindo uma função educativa de permitir a expansão e o acesso ao ensino superior, sem queda de qualidade (CORTELAZZO, 2007).

Na construção do processo de desenvolvimento da qualidade de ensino que a instituição planeja atingir deve considerar tanto os aspectos qualitativos, quanto os quantitativos, pois só com o diálogo entre esses dois aspectos há reflexão pelos elementos que compõem a instituição, no tocante aos limites, aos alcances e aos marcos de identificação, com os ideais de construção de uma formação científica e técnica comprometida com o social (DIAS & KETZER, 2007; PEIXOTO, 2011).

A avaliação é uma atividade estruturada que permite o julgamento da qualidade institucional e do curso, no sentido de sua responsabilidade com o social e no redimensionamento das ações da própria instituição. A avaliação é um processo, sendo assim tem um prosseguimento que não tem término demarcado, que se retroalimenta. É dialógica, por permitir um olhar multidimensional como expressões do vivido e do almejado. É atividade regulatória, pois regula os processos para autorização, reconhecimento de curso e credenciamento de Instituições de Ensino Superior, assim se torna uma ferramenta relevante para a instituição, para seus atores e para a sociedade (DIAS & KETZER, 2007; STELLA & ABDALLA, 2011).

A busca pela qualidade no ensino superior exige um repensar sobre os rumos e a oferta de formação de mão de obra, além da incorporação do conceito de responsabilidade social. Um dos mecanismos de busca da qualidade certamente é o processo avaliativo, uma vez que este visa explicitar, antes de tudo, o sentido social definido para o contexto de referência, contendo seus fundamentos políticos, de ensino, filosóficos e éticos (DIAS & KETZER, 2007; ABREU JÚNIOR, 2009).

Para Gatti (2007):

A avaliações são processos que devem gerar estímulos, servir de alavanca, propiciar as mudanças e as transformações e não ser utilizadas para rebaixamento de auto-estima, seletividade, punição, diminuição de qualidade, sem propor soluções.

Neste diapasão, o objetivo almejado em toda e qualquer avaliação do ensino superior é verificar a qualidade do ensino, através de parâmetros e critérios, que permitam uma comparabilidade mínima entre instituições, para que possam ser estabelecidas metas e ações (PEIXOTO, 2011).

Segundo Belloni (2007) existem duas tendências principais quando se reporta ao processo avaliativo: a de controle e hierarquização; e a identificação das insuficiências e potencialidades das instituições e do sistema. A primeira trata da meritocracia, voltada para identificação e seleção dos melhores com vistas a políticas de incentivos e financiamentos. A segunda trata da efetividade científica e social, orientada por uma lógica de transformação. Esta tendência visa a construção da qualidade e da excelência não-excludente mediante a identificação dos acertos e das dificuldades.

2.2.3 A avaliação da qualidade do ensino na legislação nacional

Este cenário de debates, de propostas e de realizações teve um impacto, mais especificamente, a partir da promulgação da última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI nº 9.394/96), que determina que o Estado é o responsável em promover os processos avaliativos da educação, visando a melhoria e a consolidação da qualidade do ensino (ANTUNES, POLITO & RESENDE, 2010).

É notório que a legislação nacional voltada para a educação preconiza que o ensino superior seja de qualidade, visando à aprendizagem significativa, a valorização das experiências de vida do aluno, seu preparo para a vida profissional e social e ainda tentar despertar neste a sede pela pesquisa e pelo seu comprometimento com a comunidade.

2.2.3.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) trouxe alicerces para construção das discussões sobre a importância de uma educação que tenha como foco o aluno, suas vivências e seu aprendizado como cidadão e profissional, acerca das metodologias pedagógicas utilizadas nesta formação, da necessidade de parcerias entre os Ministérios da Saúde e da Educação, da reformulação dos currículos acadêmicos, entre outros pontos relevantes.

Em seu artigo 3º, a LDB traça os princípios para o ensino brasileiro, orientando o padrão de qualidade visado pelo processo de avaliação (BRASIL,1996):

*Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
 I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
 II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
 IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;*

VII - valorização do profissional da educação escolar;
VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
IX - garantia de padrão de qualidade;
X - valorização da experiência extraescolar;
XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013).

A LDB também enfatiza a importante participação do docente na construção do currículo e da formação do aluno em seu Art. 13, nos incisos I, III e VI, onde traz o dever do professor na participação da elaboração da proposta pedagógica, no zelo pela aprendizagem do discente e na colaboração com as atividades da articulação da escola com as famílias e a comunidade (BRASIL, 1996).

O Capítulo IV da LDB se dedica apenas a educação superior brasileira, fazendo-se importante para o entendimento desta pesquisa, destacar o artigo 46 deste capítulo, que disciplina o processo avaliativo para efeito de autorização, reconhecimento, credenciamento de curso:

Art. 46. A autorização e o reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições de educação superior, terão prazos limitados, sendo renovados, periodicamente, após processo regular de avaliação. (Regulamento)
§ 1º Após um prazo para saneamento de deficiências eventualmente identificadas pela avaliação a que se refere este artigo, haverá reavaliação, que poderá resultar, conforme o caso, em desativação de cursos e habilitações, em intervenção na instituição, em suspensão temporária de prerrogativas da autonomia, ou em desc credenciamento. (Regulamento)
§ 2º No caso de instituição pública, o Poder Executivo responsável por sua manutenção acompanhará o processo de saneamento e fornecerá recursos adicionais, se necessários, para a superação das deficiências.

2.2.3.2 Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o curso de fisioterapia

Ainda, como efeito das tentativas de modificação dos cenários da educação superior, são criadas as comissões de especialistas do Ministério da Educação. Tais comissões foram responsáveis, no início, em avaliar os cursos ofertados, nas dimensões: organização didático-pedagógico, infra-estrutura, corpo docente, corpo técnico-administrativo e corpo discente (TEIXEIRA, 2010).

A partir do ano 2000, já como consequência desses esforços, foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de graduação.

As diretrizes curriculares nacionais (DCN) preconizam que os profissionais em geral devem desenvolver competências no campo da tomada de decisões, da comunicação, da liderança e do gerenciamento e, tendo em vista a velocidade da produção de conhecimentos

novos, é indispensável que estes profissionais aprendam a aprender, e esta necessidade do aprendizado deve ser estimulada desde a vida acadêmica (FEUERWERKER & ALMEIDA, 2003; POLIDORI et al., 2006).

Segundo Fernandes et al. (2005) para alcançar tais objetivos, e esmiuçar os rumos a seguir, surgiu a necessidade de uma reestruturação dos cursos de graduação com mudanças paradigmáticas no contexto acadêmico, direcionando a construção de diretrizes curriculares para cada curso de graduação.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de fisioterapia, (DCN/FISIO) foram estabelecidas no ano de 2002, pela Resolução 4 de 19 de fevereiro de 2002 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior (BRASIL, 2002).

Segundo Teixeira (2010), as DCN de fisioterapia surgiram em um contexto de renovação do ensino superior no Brasil, influenciadas pela nova política de saúde adotada a partir de 1990. Participaram ativamente deste processo o Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) e a Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia (ABENFISIO).

As DCN elegeram o desenvolvimento de competências como meta orientadora na formação acadêmica, ainda que vinculado ao domínio de conhecimentos, saberes e práticas próprias da área profissional (POLIDORI et al., 2006).

O perfil do egresso foi estabelecido no artigo 3º, inciso I, das DCN (BRASIL, 2002):

I - Fisioterapeuta, com formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Profissional qualificado para o exercício da Fisioterapia, com base no rigor científico e intelectual e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas/situações de saúde-doença mais prevalentes no perfil epidemiológico nacional, com ênfase na sua região de atuação, identificando as dimensões biopsicossociais dos seus determinantes. Capacitado a atuar, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Fisioterapia, ao propor este perfil do egresso assim como suas competências e habilidades necessárias, vem buscar a formação de um profissional apto a desenvolver suas ações dentro deste novo paradigma (BRASIL, 2002; TEIXEIRA, 2010).

Faz-se ainda necessário ressaltar o objetivo das Instituições em dotar o fisioterapeuta, em sua formação, de competências e habilidades, entre elas o desenvolvimento de ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde; a tomada de decisões, a

capacidade de comunicação oral e escrita, a liderança, a administração e gerenciamento e a educação permanente (BRASIL, 2002).

A Associação Brasileira de Ensino em Fisioterapia (ABENFISIO) em cooperação com a Organização Pan-americana da Saúde e o Ministério da Saúde/Departamento de Educação e Gestão em Saúde promoveu oficinas de implementação das DCN/FISIO, inclusive com a participação de estudantes. O objetivo destas oficinas era proporcionar a troca de experiências, ampliar o debate sobre ensino-aprendizagem e prática educacional, valorizando o saber do estudante, sua participação ativa, reflexiva e crítica, com vistas a transformar a realidade (ABENFISIO, 2007).

As DCN de Fisioterapia geraram a necessidade dos cursos investirem na construção de propostas pedagógicas e na infra-estrutura com o objetivo de atender as exigências e possibilitar a incorporação de novas necessidades, conforme preconizados em seu Art. 14º:

I - a articulação entre o ensino, pesquisa e extensão/assistência, garantindo um ensino crítico, reflexivo e criativo, que leve a construção do perfil almejado, estimulando a realização de experimentos e/ou de projetos de pesquisa; socializando o conhecimento produzido, levando em conta a evolução epistemológica dos modelos explicativos do processo saúde-doença;

III - a visão de educar para a cidadania e a participação plena na sociedade;

V - a implementação de metodologia no processo ensinar-aprender que estimule o aluno a refletir sobre a realidade social e aprenda a aprender;

VI - a definição de estratégias pedagógicas que articulem o saber; o saber fazer e o saber conviver, visando desenvolver o aprender a aprender, o aprender a ser, o aprender a fazer, o aprender a viver juntos e o aprender a conhecer que constitui atributos indispensáveis à formação do fisioterapeuta;

VII - “o estímulo às dinâmicas de trabalho em grupos, por favorecerem a discussão coletiva e as relações interpessoais” (BRASIL, 2002).

2.2.3.3 O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

O Decreto 2026/1996 estabeleceu os procedimentos para o processo de avaliação de cursos e das IES, criando Exame Nacional de Curso (ENC), chamado de Provão e a Avaliação das Condições de Curso (ACO), composto de um questionário estruturado, com quesitos e respectivas ponderações, definindo três dimensões: qualificação do corpo docente; organização didático-pedagógico; e infra-estrutura (BRASIL, 1996; STELLA & ABDALLA, 2011).

Em 2004, após muitas críticas feitas ao Provão (ENC), e como reação ao modelo implantado em 1996, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

(SINAES), através da lei 10.861 de 2004, com finalidade de avaliar as IES para obter a qualidade da educação superior mediante um processo que vincula a dimensão formativa a um projeto de sociedade comprometido com a igualdade e a justiça social (BRASIL, 2004; ABREU JÚNIOR, 2009; STELLA & ABDALLA, 2011).

A responsabilidade pela coordenação e supervisão do SINAES é da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) cabe a operacionalização do SINAES (BRASIL, 2004; TEIXEIRA, 2010; PEIXOTO, 2011).

Para Dias Sobrinho (2011), o SINAES propôs-se como política de estado, e não simplesmente de um governo, na perspectiva da construção de um sistema. Tem como objetivos: conhecer as fortalezas e os problemas da instituição; tratar da adequação de seu trabalho com respeito às demandas sociais, as clássicas e as novas; identificar os graus de envolvimento e os compromissos de seus professores, estudantes e servidores, tendo em vista as prioridades institucionais básicas.

O SINAES (BRASIL, 2004) é composto por três indicadores:

1. A avaliação das instituições, realizada na perspectiva de identificar o perfil institucional e o significado da sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, respeitando a diversidade e as especificidades das diferentes organizações acadêmicas;

2. A avaliação dos cursos de graduação, com o objetivo de identificar as condições de ensino oferecidas, perfil do corpo docente, instalações físicas e organização didático-pedagógica;

3. A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação, com a finalidade de aferir o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências.

Para atingir seus objetivos, e fazer o levantamento desses indicadores o SINAES possui alguns instrumentos: instrumento de auto-avaliação para os cursos de graduação com preenchimento *on line* pelos coordenadores de curso; instrumento de avaliação externa, exame nacional de desempenho de estudantes (ENADE); instrumento de avaliação dos cursos de graduação, realizado por uma Comissão de Especialistas do MEC (BRASIL, 2004; POLIDORI et al., 2006; PEIXOTO, 2011).

2.2.3.3.1 Auto-avaliação

Segundo Gasparetto (2006), é impensável conceber a avaliação dissociada da mudança, pois o mundo, a sociedade e a economia mudam num ritmo cada vez mais acelerado, antecipando o processo de renovação do conhecimento e das tecnologias, o que impõe constantes desafios à universidade.

O SINAES propõe que os processos avaliativos partam de uma avaliação interna, onde cada instituição realizará uma auto-avaliação, que se completa a cada três anos, e que será o primeiro elemento a ser incorporado ao conjunto de instrumentos constitutivos ao processo global de regulação e avaliação (BRASIL, 2004).

A auto-avaliação é um processo de autoconhecimento que possibilita uma análise crítica da prática pedagógica e administrativa de uma instituição educacional. Permite identificar situações passíveis de mudança a fim de melhorar a qualidade dos diferentes processos relacionados à sua missão institucional (ALMEIDA et al., 2007; ABREU JÚNIOR, 2009).

A auto-avaliação é um processo coletivo, que não se pode resumir a iniciativas isoladas e pontuais. Para Polidori et al. (2006) pretende-se envolver na auto-avaliação a comunidade acadêmica para comprometê-la nas descobertas, de forma participativa, com a finalidade de melhorar ou reforçar aspectos detectados pelas IES que sejam relevantes para os atores institucionais. Nas IES, a auto-avaliação fica a cargo da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que foram instituídas para as IES (BRASIL, 2004).

A ampla participação de toda a comunidade acadêmica é importante no processo avaliativo, seja no planejamento, no levantamento, na organização ou na análise dos dados. A participação e cooperação de todos, legitima o processo de avaliação, trazendo benefícios que contribuem para o aperfeiçoamento contínuo, para o conhecimento das limitações e potencialidades e de outras ações que impliquem em mudanças e melhorias que levem ao desenvolvimento da instituição (ALMEIDA et al., 2007).

Cada instituição deve organizar e desenvolver seu processo de auto-avaliação de acordo com suas especificidades e o contexto social, econômico, político e cultural no qual está inserida. A auto-avaliação deve ser encarada pela comunidade universitária como um processo rotineiro de reflexão e tomada de decisão (ALMEIDA et al., 2007; ABREU JÚNIOR, 2009).

2.2.3.3.2 Avaliação dos cursos de graduação

O debate no processo de avaliação de curso é sempre atual e efervescente, provocando a necessidade de aprofundamento das discussões para estabelecimento de alguns princípios norteadores rumo à qualidade.

Os modelos atuais de avaliação contemplam mecanismos externos e internos. O primeiro, com indicadores universais e quantitativos para todas as instituições, objetiva uma comparação interinstitucional. Já o segundo contempla a especificidade institucional, com o objetivo de oferecer elementos avaliativos que permitam o contínuo aperfeiçoamento. As IES devem ser avaliadas pelos dois modelos, pois estes permitem que haja interferência dos segmentos sociais, na reflexão e direcionamento de seu projeto político pedagógico (CORTELAZZO, 2007; STELLA & ABDALLA, 2011).

As avaliações de curso são imprescindíveis para o planejamento de ações concretas e conseqüentes, contemplando mecanismos capazes de verificar a concretização do perfil acadêmico esperado; as escolhas feitas sobre as políticas implementadas (DIAS & KETZER, 2007).

O objetivo principal desse processo, preconizado pelo SINAES e DCN, é o monitoramento das condições de oferta dos cursos, identificando as condições de ensino oferecidas, visando a qualidade (TEIXEIRA, 2010).

Deste modo, implantou-se um processo de avaliação dos cursos de graduação, dentre eles o curso de fisioterapia, que comporta 3 (três) dimensões: 1. Dimensão organização didático-pedagógico; 2. Corpo docente, corpo discente e técnico-administrativo; e 3. Infra-estrutura (BRASIL, 2004).

Como resultado das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação, ou pelos Conselhos Estaduais de Educação, dependendo da subordinação da Instituição a uma instância federal ou estadual, é elaborado um relatório, onde é especificado o conceito do curso, e se o mesmo continuará ou não reconhecido. Em ambos os casos são apontadas as potencialidades e fragilidades do curso para que sejam corrigidas antes de um descredenciamento. Sendo assim as IES, tendo por base obrigatoriamente o relatório das avaliações, externa e interna, se vêem obrigadas a promover mudanças, visando a adequação do curso às exigências preconizadas para cada curso de graduação (BRASIL, 2004).

2.2.3.3.3 Avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE)

O ENADE, que constitui um dos instrumentos do SINAES, é aplicado a grupos de estudantes concluintes, selecionados por amostragem, dos cursos avaliados, tendo como objetivo assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes (BRASIL, 2004).

O ENADE avalia o desempenho dos alunos em relação ao conteúdo previsto nas DCN do seu curso e suas habilidades e competências (STELLA & ABDALLA, 2011).

O ENADE fornece subsídios para que as IES alimentem a dinâmica da auto-avaliação na formulação de políticas públicas para o sistema de educação superior do país. Sendo assim, proporciona uma reflexão no interior do próprio curso e da instituição, na medida em que se constitui como um momento privilegiado de interlocução com os estudantes, visando estimular a reflexão crítica e a avaliação de seus processos formativos (POLIDORI et al., 2006).

2.2.4 Avaliação de curso pelo Conselho Estadual de Educação de Alagoas (CEE/AL)

A avaliação da qualidade dos cursos de graduação das instituições de ensino superior mantidas pelos Estados fica a cargo dos Conselhos Estaduais de Educação, conforme definido na Lei 10.861/2004, que criou o Sinaes, já nos primeiros artigos (BRASIL, 2004):

Art. 1.º Fica instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, com o objetivo de assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes [...]

§ 2.º O Sinaes será desenvolvido em cooperação com os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal.

Ressalte-se que a criação de um sistema nacional de avaliação, não compromete o princípio constitucional de autonomia dos entes federados, visto que a própria lei 10.861/2004 estabelece que a avaliação seja desenvolvida em regime de colaboração entre o sistema federal, os sistemas estaduais e o sistema do Distrito Federal (RISTOFF & GIOLO, 2006).

No âmbito federal, o sistema de avaliação e de regulação do ensino encontra-se a cargo do INEP e do Ministério da Educação, respectivamente. A avaliação fornece o referencial básico para a regulação, mas não se confunde com ela. O mesmo ocorre no âmbito dos sistemas estaduais e do sistema do Distrito Federal, onde as avaliações ficariam a cargo dos conselhos estaduais de educação, em sua esfera de abrangência, da mesma forma que o MEC age em relação ao sistema federal, ou seja, regulando o ensino (BRASIL, 2004).

Os Estados e o Distrito Federal tem a liberdade de manter seus próprios sistemas de avaliação. Porém, o que ocorre é a realização de convênios com objetivo de operacionalizar a avaliação da qualidade do ensino ofertado também no âmbito do sistema estadual de educação. Sendo assim os Conselhos Estaduais de Educação utilizariam os mesmos instrumentos de avaliação do INEP, gerenciando assim a qualidade da oferta do ensino superior.

Com a utilização dos mesmos instrumentos avaliativos para todas as IES, o sistema de educação superior brasileiro teria a seu dispor critérios mínimos e comparáveis de qualidade referendados nacionalmente.

2.2.5 A participação do estudante na avaliação da qualidade do ensino superior

Segundo Abreu & Masseto (2011) o universo de conhecimentos, as experiências e as situações vivenciadas permitem que os alunos possam contextualizar o contato experimental com problemas práticos de natureza social, ético e profissional, reflexo da percepção da qualidade do curso.

Segundo Lapa & Neiva (2007), a avaliação deve considerar os aspectos que dependem da visão dos observadores e a posição que eles se colocam quando em relação ao objeto de seu interesse.

Neste caso, os discentes são os observadores privilegiados. Por isso, captar seu grau de satisfação quanto ao ensino ofertado pode se revelar importante, pois traz à tona o ponto de vista de cada sujeito, apurando referenciais considerados de qualidade, que estão ligados ao que pode ser considerado de utilidade reconhecida e aceita por aqueles que dão sentido aos resultados do desempenho acadêmico. Tal significação move pensamentos e desejos que promovem a intervenção nos rumos da instituição (LAPA & NEIVA, 2007).

Souza & Reinert (2010) acrescentam que os alunos necessitam ser considerados pela IES como parceiros em seu processo de ensino e de melhoria, visto que esse é o interesse em comum. Portanto a escuta do discente se mostra como uma necessidade, pois é na interação com este que o processo educacional atinge seu ponto máximo, possibilitando uma melhor formação profissional do fisioterapeuta.

2.3 MATERIAL E MÉTODO

2.3.1 Casuística e Método

2.3.1.1 Delineamento

Trata-se de um estudo descritivo, de abordagem quantitativa, correlacional e de comparação entre participantes, no qual foram examinadas as seguintes variáveis antecedentes: percepção discente e as variáveis conseqüentes: dimensão organização didático-pedagógica; dimensão corpo docente; dimensão infra-estrutura

2.3.1.2 Amostragem

Participaram deste estudo 159 (89,8%) do total de 177 discentes do curso de bacharelado em fisioterapia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL), sendo 27 (17%) homens e 132 (83%) mulheres, com idade variando entre 17 e 38 anos (M= 21,86; DP=3,54). Os participantes foram distribuídos por ano em que estavam, matriculados, sendo 33 (20,8%) do primeiro ano, 33 (20,8%) do segundo ano, 32 (20,1%) do terceiro ano, 29 (18,2%) do quarto ano e 32 (20,1%) do quinto ano. Tratou-se de uma amostra não probabilística, isto é, de conveniência, tendo participado alunos que, convidados, aceitaram colaborar.

2.3.1.3 Procedimentos e instrumentos

Inicialmente o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Alagoas, sendo aprovado (processo nº 398.217/2013).

O instrumento utilizado foi um questionário estruturado (Apêndice A), composto por 28 itens, distribuídas em três blocos, que aferiam o grau de percepção do discente quanto às mudanças implementadas no curso de fisioterapia, após Avaliação do Conselho Estadual de Educação. Cada bloco foi elaborado tendo por base as dimensões do instrumento de avaliação de cursos do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES): organização didático-pedagógica, corpo docente e infra-estrutura. Destes itens: 21 foram respondidos numa escala tipo Likert de cinco pontos, que é um instrumento de medida que pretende “verificar o nível de concordância do sujeito com uma série de afirmações que expressem algo favorável ou desfavorável em relação a um objeto psicológico” (COLARES, et al.,

2002), variando de 1= Discordo totalmente; 2 = Discordo parcialmente; 3 = Nem concordo, nem discordo; 4 = Concordo parcialmente e 5 = Concordo totalmente. E 7 questões foram do tipo binárias, onde cada discente atribuía o valor “sim” ou “não”.

Os questionários foram aplicados de forma coletiva em sala de aula, bastando aos participantes seguirem as orientações dadas por escrito no próprio questionário.

Utilizou-se um procedimento padrão, em que o aplicador foi previamente treinado e orientado para intervir o mínimo possível nas respostas dadas pelos participantes, minimizando, assim, a possibilidade de viés de resposta.

Os participantes foram informados e esclarecidos sobre o anonimato, sigilo, os riscos e benefícios a serem obtidos com a pesquisa; informações essas contidas de forma detalhada no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), ficando o estudante ciente que sua participação seria de acordo com sua vontade, podendo desistir a qualquer momento sem prejuízos e/ou danos, conforme determina a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CNS/MS).

O conjunto de itens que compõem a dimensão organização didático-pedagógica corresponde à forma como o processo de ensino-aprendizagem é pensado pelas IES, levando em conta suas políticas de ensino, definidas no projeto político pedagógico, que orienta sua organização curricular. Esta dimensão foi avaliada por 14 itens, sendo 11 respondidos numa escala tipo Likert, e 3 questões tipo binárias de “sim” e “não”.

Por sua vez, o conjunto de itens que compõe a dimensão corpo docente tem como objetivo avaliar as características dos professores envolvidos no curso, desde sua capacitação didático-pedagógica e titulação acadêmica, como também as atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelo binômio docente-discente. Esta dimensão foi avaliada por 8 itens, sendo 4 respondidos numa escala tipo Likert, e 4 questões tipo binárias de “sim” e “não”.

Por fim, o conjunto de itens que compõe a dimensão infra-estrutura avalia a parte física, desde as salas de aulas, laboratórios de habilidades técnicas, como também laboratórios de informática, áreas de lazer, condições de acessibilidade, acervo específico para o curso na biblioteca, que deve corresponder a uma proporcionalidade com o número de vagas ofertadas pelo curso. Esta dimensão foi avaliada por 6 itens respondidos numa escala tipo Likert.

2.3.2 Análise estatística

Utilizou-se o IBM SPSS (versão 21) para efetuar a análises estatística: descritiva (frequência, percentual, média, desvio-padrão, erro padrão e intervalo de confiança de 95%); e de tomada de decisão (teste t de student e ANOVA) para comparar os escores médios dos constructos, aqui considerados em função da percepções dos participantes, escalonados pelo ano em que o participante estava matriculado. Foram realizadas análises de correlação de Pearson e Regressão Linear Múltipla para verificar o nível de relação entre as variáveis.

Para a validade de construto, primeiro verificaram-se os índices de Kaiser-Meyer-Olkin e o teste de Esfericidade de Bartlett - medidas que verificam a adequação dos dados para serem então submetidos à análise fatorial. Esta última análise tem como objetivo verificar a dimensionalidade dos instrumentos de medida. Além disso, os dados foram submetidos à análise da técnica Alpha de Cronbach para verificar a precisão da medida (PASQUALI, 2010) e, a análise fatorial confirmatória, para conhecer a adequação da estrutura dimensional do instrumento.

Os dados foram coletados em formulários padronizados e armazenados em uma planilha eletrônica (Microsoft Excel[®] 2007. Redmond, WA, EUA).

2.4 RESULTADOS

2.4.1 Considerações gerais

Dos 159 discentes de fisioterapia que participaram deste estudo: 83,0% foram do sexo feminino e 17,0% do sexo masculino; com idade variando entre 17 e 38 anos; 20,8% foram do primeiro ano; 20,8% do segundo ano; 20,1% do terceiro ano; 18,1% do quarto ano; e 20,1% do quinto ano; com média de idade de 21 anos (mínimo = 17 e máximo = 38; DP = 3,5).

As médias do grau de satisfação dos discentes apontaram, de uma forma geral, baixo grau de satisfação com o curso. A dimensão infra-estrutura apresentou o maior grau de insatisfação (Tabela 1).

Tabela 1. Distribuição das médias, desvio padrão, mínimo e máximo, erro padrão, intervalo de confiança de 95%, referente às 3 dimensões avaliadas do curso de fisioterapia da Uncisal, 2013.

Variáveis	Média	Desvio Padrão	Min-Max	Erro Padrão	IC de 95%
Organização didático-pedagógica	2,80	0,599	1,45 - 4,64	0,48	2,70 - 2,89
Corpo docente	3,27	0,809	1,50 - 5,00	0,65	3,14 - 3,39
Infra-estrutura	1,97	0,655	1,00 - 4,50	0,53	1,86 - 2,07

Os resultados obtidos, apesar de ter média que mais se aproxima do nível de insatisfação, demonstram que há itens que apresentam alto grau de satisfação por parte dos discentes, conforme apresentados nas tabelas 2, 3, 4, 5 e 6.

2.4.2 Dimensão organização didático-pedagógica

De acordo com a tabela 2 foram relacionados 11 itens do tipo Likert com relação à avaliação do grau de satisfação. Houve insatisfação na dimensão didático-pedagógica em 8 itens (1, 2, 4, 5, 6, 7, 8 e 9). Nos itens 3, 10 e 11 os discentes indicaram satisfação. Esta dimensão também apresentou média com tendência à insatisfação do discente aos aspectos didáticos pedagógicos.

Tabela 2: Grau de satisfação dos discentes quanto à dimensão organização didático-pedagógico do curso de fisioterapia da Uncisal, 2013.

Escore médio da dimensão	Itens	Grau de satisfação (%, n)				
		1	2	3	4	5
2,80	1.Para mim é fácil acessar o Projeto Político Pedagógico do curso de fisioterapia no site da UNCISAL.	16,4% (26)	24,5% (39)	23,9% (38)	27,0% (43)	8,2% (13)
	2.Percebo que o representante discente repassa tudo o que é discutido em reuniões sobre o andamento do curso com o coordenador.	30,2% (48)	25,8% (41)	11,3% (18)	23,9% (38)	8,8% (14)
	3.Considero que terei uma boa formação profissional ao final do curso.	0,6% (1)	6,9% (11)	1,3% (2)	52,2% (83)	39,0% (62)
	4.Percebo que a relação teoria-prática das disciplinas durante o curso é adequada.	15,7% (25)	36,5% (58)	5,0% (8)	36,5% (58)	6,3% (10)
	5.Considero suficiente os cenários de prática do curso.	41,5% (66)	34,0% (54)	2,5% (4)	18,2% (29)	3,8% (6)
	6.Sou incentivado pelo curso a realizar atividades de pesquisa.	35,8% (57)	25,8% (41)	10,1% (16)	22,0% (35)	6,3% (10)
	7.Sou incentivado pelo curso a realizar atividades de extensão.	26,4% (42)	25,8% (41)	10,1% (16)	29,6% (47)	8,2% (13)
	8.Percebo na aulas prática que é obedecida a relação número de docente/número de alunos.	27,0% (43)	27,0% (43)	13,2% (21)	24,5% (39)	8,2% (13)
	9.Na minha percepção a quantidade de material didático complementar sugerido e ofertado pelo curso é adequado.	36,5% (58)	39,5% (63)	5,0% (8)	15,7% (25)	3,1% (5)
	10.Sinto-me assistido em minhas necessidades acadêmicas pelo meu professor.	5,0% (8)	32,1% (51)	11,3% (18)	43,4% (69)	8,2% (13)
	11.Sinto-me assistido em minhas necessidades acadêmicas pelo meu coordenador.	11,3% (18)	17,6% (28)	13,8% (22)	38,4% (61)	18,9% (30)

De acordo com a tabela 3 foram relacionados as 3 questões binárias. Houve satisfação na dimensão didático-pedagógica nas questões 1 e 2, enquanto na questão 3 os discentes indicaram insatisfação.

Tabela 3: Grau de satisfação dos discentes quanto à dimensão organização didático-pedagógico por questões pesquisadas.

Questão	Grau de satisfação (% , n)		p
	Sim	Não	
1.A distribuição semanal das aulas interferem no seu aprendizado?	68,6% (109)	31,4% (50)	,391
2.As disciplinas do curso são distribuídas de forma pedagogicamente hierarquizadas e facilitam o seu aprendizado contínuo?	54,1% (86)	45,9% (73)	,453
3. As avaliações de aprendizagem tem momento de devolutiva?	33,5% (53)	66,5% (105)	,737

p :significância estatística

2.4.3 Dimensão corpo docente

De acordo com a tabela 4 foram relacionados 4 itens do tipo Likert com relação avaliação do grau de satisfação. Os resultados obtidos apontam a maior média (3,27) no nível de satisfação dentre as dimensões pesquisadas. Nos itens 1 e 2 houve alto grau de satisfação dos discentes. No item 3, houve moderado grau de satisfação. Enquanto no item 4 um equilíbrio entre os graus de satisfação (48,4%) e de insatisfação (44,6%).

Tabela 4: Grau de satisfação dos discentes quanto à dimensão corpo docente do curso de fisioterapia da Uncisal, 2013.

Escore Médio da Dimensão corpo docente	Itens	Grau de satisfação (% , n)				
		1	2	3	4	5
3,27	1.A titulação do meu professor favorece o seu comprometimento com as atividades de ensino.	9,6% (15)	15,3% (24)	14,0% (22)	40,1% (63)	21,0% (33)
	2.A titulação do meu professor favorece o seu comprometimento com as atividades de pesquisa.	7,6% (12)	18,5% (29)	22,3% (35)	30,6% (48)	21,0% (33)
	3.A titulação do meu professor favorece o seu comprometimento com as atividades de extensão.	10,8% (17)	18,5% (29)	26,8% (42)	30,6% (48)	13,4% (21)
	4.Percebo a disponibilidade do meu professor para discussão e retirada de dúvidas, fora do horário de aulas.	15,3% (24)	29,3% (46)	7,0% (11)	40,8% (64)	7,6% (12)

De acordo com a tabela 5 foram relacionados as 4 questões binárias, mostrando predominância no grau de satisfação (questões 1, 3 e 4) , enquanto na 2 os discentes indicaram insatisfação.

Tabela 5: Grau de satisfação dos discentes quanto à dimensão corpo docente por questões pesquisadas.

Questão	Grau de satisfação (% , n)		P
	Sim	Não	
1.Você considera que os professores com titulação acadêmica apresentam maior formação pedagógica que influencia no seu aprendizado?	73,1% (114)	26,9% (42)	,566
2.Você considera que os professores sem titulação acadêmica, apresentam deficiências didático-pedagógicas que influenciam no seu aprendizado?	40,4% (63)	59,6% (93)	,342
3.Você recebe do professor o conteúdo programático e o cronograma no início das disciplinas?	82,8% (130)	17,2% (27)	,298
4.Você recebe do professor o plano de aula no início das aulas e/ou atividades práticas?	53,5% (84)	46,5% (73)	,083

p :significância estatística

2.4.4 Dimensão infra-estrutura

De acordo com a tabela 6, foram relacionados 6 itens utilizando a escala tipo Likert também com relação avaliação do grau de satisfação. No item 1 houve um alto grau de insatisfação, o mesmo acontecendo nos itens 2, 3, 4 e 5 .Somente no item 6 houve uma melhora do grau de satisfação dos discentes na dimensão infra-estrutura. Os resultados obtidos apontam a menor média (1,97) no nível de satisfação dentre as dimensões pesquisadas.

Tabela 6: Grau de satisfação dos discentes quanto à dimensão infra-estrutura do curso de fisioterapia da Uncisal, 2013.

Escore médio da Dimensão infra-estrutura	Itens	Grau de satisfação (n, %)				
		1	2	3	4	5
1,97	1. Na minha percepção número de livros, periódicos e teses do acervo bibliográfico da biblioteca é adequado.	59,1% (94)	28,9% (46)	1,9% (3)	7,5% (12)	2,5% (4)
	2.Acho suficiente os laboratórios específicos de estudo do meu curso.	81,8% (130)	14,5% (23)	1,3% (2)	1,9% (3)	0,6% (1)
	3.Considero adequado o ambiente de convivência e lazer existentes no curso de fisioterapia.	53,5% (85)	29,6% (47)	6,3% (10)	7,5% (12)	3,1% (5)
	4.Acho suficiente e adequado os equipamentos de fisioterapia utilizados nas aulas práticas.	51,6% (82)	28,9% (46)	8,8% (14)	9,4% (15)	1,3% (2)
	5.Na minha percepção o acesso aos equipamentos de tecnologia da informação disponibilizados pelo curso de fisioterapia é adequado.	43,7% (69)	33,5% (53)	9,5% (15)	12,7% (20)	0,6% (1)
	6.Acho que ambiente de sala de aula propicia o meu aprendizado.	9,5% (15)	21,5% (24)	8,9% (14)	43,7% (69)	16,5% (26)

2.5 DISCUSSÃO

2.5.1. Dimensão organização didático-pedagógica

Ao se analisar a acessibilidade do discente ao projeto político pedagógico do curso através do portal eletrônico (*site*) da uncisal, houve predominância de insatisfação. Apenas 35,2% referiram ter conhecimento dessa possibilidade de acesso às informações sobre o curso. Este dado sugere que falta divulgação da disponibilidade deste recurso, exigindo da instituição um maior empenho na divulgação da ferramenta.

No item “*percebo que o representante discente repassa tudo o que é discutido em reuniões sobre o andamento do curso com o coordenador.*”, houve em sua maioria um grau de insatisfação (56,0%). Este resultado sugere fraca comunicação entre os discentes, e pouco diálogo entre a gestão do curso e eles. Apesar da IES viabilizar a participação discente nas reuniões de colegiado de curso e com os representantes de cursos, os dados apontam para a necessidade de ampliar o canal de comunicação entre a instituição e a comunidade discente.

Com relação ao item “*considero que terei uma boa formação profissional ao final do curso.*”, cerca de 91,2% dos discentes estão satisfeitos com a formação ofertada. Esses dados corroboraram os resultados do relatório do ENADE 2010 do INEP, apontando que a maioria dos discentes estava satisfeita com expectativa de boa formação profissional, no percentual de satisfação de 80% dos concluintes e de 60% dos ingressantes. Porém, contrastam com os resultados globais obtidos, que apontam insatisfação com as condições didático-pedagógicas e infra-estrutura ofertadas pelo curso

No item “*percebo que a relação teoria-prática das disciplinas durante o curso é adequada.*”, existe uma predominância de insatisfação (52,2%). Este resultado coincide com os obtidos por Poffo & Marinho (2013) em estudo com estudantes de administração, que também demonstraram insatisfação neste aspecto. O discente não percebeu as mudanças implementadas pela IES na melhoria na distribuição da carga horária e do conteúdo teórico/prático, na capacitação dos professores, na reformulação dos planos de ensino. Infere-se a necessidade de maior divulgação das mudanças realizadas no curso, demonstrando uma clara fragilidade de comunicação.

Quando avaliado o item “*Considero suficiente os cenários de prática do curso.*”, apenas 22,0% dos discentes consideraram suficientes os cenários de prática. Silva et al. (2013)

também constataram, em seu estudo com estudantes de enfermagem, baixo nível de satisfação em relação aos cenários de prática. Este resultado demonstra a baixa percepção discente quanto à diversificação de cenários de aprendizagem (ambulatório, hospital, laboratórios), aquisição de equipamentos, modificação nos horários das práticas, contratação de professores e incentivos a criação de ligas acadêmicas. Evidencia-se a falha nas estratégias de comunicação e divulgação diante das implementações realizadas.

Nos itens “*Sou incentivado pelo curso a realizar atividades de pesquisa.*” e “*... atividades de extensão.*”, os índices são muito semelhantes, predominando a insatisfação (28,3% e 37,8%, respectivamente). Em estudo realizado por Najjar & Alves (2010), 89,0% dos alunos do curso de terapia ocupacional também relatavam insatisfação e dificuldades para realização das atividades de pesquisa. Esta percepção negativa do discente quanto a estes aspectos, pode indicar a falha na divulgação das mudanças implantadas pela instituição, no tocante à melhoria da oferta de projetos de extensão, programa de iniciação científica, da titulação dos professores e assessoria de bioestatística.

No item “*Percebo nas aulas práticas que é obedecida a relação número de docente/número de alunos.*”, evidenciou-se insatisfação (54,0%). Poffo & Marinho (2013) encontraram dados semelhantes em estudo realizado com estudantes de administração. Esta percepção negativa reforça a idéia de que a política de comunicação entre os atores da instituição é frágil, posto que houve implementações como contratação de professores, ampliação e melhor distribuição dos horários de aulas práticas.

Com relação ao item “*Na minha percepção, a quantidade de material didático complementar sugerido e ofertado pelo curso é adequada.*”, também se observou baixo índice de satisfação (76,0%). Poffo & Marinho (2013) também encontrou dados semelhantes em seu estudo com estudantes de administração. Os estudantes não perceberam melhorias neste item, apesar da IES instituir mudanças na reformulação de planos de aulas, no acervo da biblioteca, convênio com portal de periódicos da CAPES, capacitações profissionais, reformulação dos modelos de plano de ensino, colocação no portal institucional de todas as mudanças. É possível que parte desta insatisfação seja devida a não adesão dos professores a esta exigência de disponibilizar e atualizar os seus materiais didáticos.

Já nos itens “*Sinto-me assistido em minhas necessidades acadêmicas pelo meu professor.*” e “*...pelo meu coordenador.*”, os dados encontrados apontam satisfação (51,6% e 57,3%, respectivamente), coincidindo com os encontrados no estudo de Leite e al (2007) com

estudantes brasileiros, que apontou satisfação ao se referir ao professor, reconhecendo que aumentou sua qualidade e seu esforço pedagógico, contrastando com os dados do estudo de Poffo & Marinho (2013) que apontou baixo grau de satisfação. Infere-se que os discentes perceberam as mudanças implementadas pela instituição, com a ampliação da permanência do professor na instituição e capacitação docente, possibilitando reuniões regulares com os coordenadores.

Os resultados das questões binárias apontaram predomínio do nível de satisfação por parte dos discentes em relação à dimensão organização didático-pedagógico, mesmo não havendo significância estatística ($p > 0,05$).

Tanto no item “*A distribuição semanal das aulas interferem no seu aprendizado?*”, quanto no item “*As disciplinas do curso são distribuídas de forma pedagogicamente hierarquizadas e facilitam o seu aprendizado contínuo?*”, a maioria dos discentes apontaram que influenciam e facilitam o seu aprendizado, indicando nível de satisfação positivo (68,6% e 54,1%, respectivamente). Estes resultados coincidem com os obtidos por Poffo & Marinho (2013) em estudo com estudantes de administração, que também apresentaram satisfação neste aspecto, como também com os resultados obtidos por Fadel & Baldani (2013) em estudo com estudantes de odontologia, demonstrando que os discentes perceberam a melhora na distribuição da carga horária e do conteúdo programático.

Com relação “*As avaliações de aprendizagens tem momento de devolutiva?*”, 66,5% dos discentes apontaram não haver momento de feedback das avaliações de aprendizagem. Este dado tanto pode indicar a falta de percepção discente na implementação das mudanças, quanto no tocante à formação pedagógica docente, ou a fragilidade na política de divulgação e sensibilização dos docentes da importância de prática da devolutiva da avaliação.

2.5.2 Dimensão corpo docente

Esta dimensão foi a melhor avaliada pelos discentes, obtendo média 3,27. Este resultado coincide com os encontrados nos estudos de Silva et al. (2013) com estudantes de enfermagem, e de Mourão (2008) com estudantes de administração e ciências contábeis, os quais ratificam que o corpo docente está contribuindo mais com o aprendizado profissional.

No item “*A titulação do meu professor favorece o seu comprometimento com as atividades de ensino.*”, foi encontrado um percentual de 61,1% de satisfação. Andriola & Andriola (2009), em estudo com estudantes do curso de pedagogia, encontraram o percentual de 53,3% de satisfação. Os dados obtidos corroboram os encontrados por Antunes, Polito & Resende (2010), em estudo realizado com estudantes de educação física, que avaliaram positivamente seu corpo docente. Este resultado aponta para a percepção positiva, quanto às mudanças implementadas pela instituição através da capacitação docente, tanto no âmbito de metodologias de ensino, quanto na incentivo à titulação (mestrado e doutorado), proporcionando ao professor meios para melhorar sua prática docente.

Ao considerar o item “*A titulação do meu professor favorece o seu comprometimento com as atividades de pesquisa.*”, os dados apontam para um percentual de satisfação em torno de 51,6%. Tais resultado contrastam dos encontrados por Najjar & Alves (2010), em seu estudo com estudantes de terapia ocupacional, que obtiveram um grau de insatisfação de 89,0%, apontando também que uma das possíveis causas seria a falta de formação acadêmica. Os resultados, além de demonstrar a percepção discente positiva, apontam para a importância de investimentos na capacitação docente para pesquisa, com incentivos aos mestrados e doutorados, ancorada no pensamento de Dias Sobrinho (2011) que afirma “umas das tarefas da universidade é a produção do conhecimento”.

O item “*A titulação do meu professor favorece o seu comprometimento com as atividades de extensão.*”, apresentou grau de satisfação baixo (44,0%), divergindo de estudos realizados por Leite et al. (2007) com estudantes brasileiros, que obtiveram respostas positivas quanto a este aspecto, apontando mudanças importantes na extensão, no que se refere a relação de maior integração e cooperação da universidade com a sociedade. Estes resultados vão de encontro às implementações realizadas, com incentivos aos projetos de extensão. Esta percepção sugere pouca divulgação dos projetos de extensão, exigindo por parte da instituição, estratégias de comunicação que envolvam os discentes, de forma participativa e coletiva nas atividades extensionistas da IES.

No item “*Percebo a disponibilidade do meu professor para discussão e retirada de dúvidas, fora do horário de aulas.*”, houve um leve predomínio do grau de satisfação (48,4%) com relação ao de insatisfação (44,6%). Se considerarmos que os discentes encontram-se satisfeitos, tais resultados coincidem com os encontrados por Poffo & Marinho (2013) em estudo com estudantes de administração; e por Mourão (2008), em pesquisa

realizado com estudantes de administração e ciências contábeis, com grau de satisfação de 78%; e até com os dados do relatório do ENADE de 2010 (INEP) dos próprios estudantes do curso que atingiram cerca de 70% de satisfação. Por outro lado, ressaltando a pouca diferença entre satisfação/insatisfação, percebe-se a necessidade de divulgação dos esforços da instituição no aperfeiçoamento das estratégias de ensino-aprendizagem, com a ampliação da permanência do professor na instituição, na capacitação docente na implantação da semana pedagógica.

Os resultados das questões binárias apontaram predomínio do nível de satisfação por parte dos discentes em relação à dimensão corpo docente, mesmo não havendo significância estatística ($p > 0,05$).

No item *“Você considera que os professores com titulação acadêmica apresentam maior formação pedagógica que influencia no seu aprendizado?”*, cerca de 73,1% dos discentes apontaram que *“sim”*. Este resultado coincide com os obtidos por Poffo & Marinho (2013), e por Fadel & Baldani (2013), em estudo com estudantes de odontologia, demonstrando que os discentes perceberam a melhoria na distribuição da carga horária e do conteúdo programático. Por outro lado, no item *“Você considera que os professores sem titulação acadêmica, apresentam deficiências didático-pedagógicas que influenciam no seu aprendizado?”*, 59,6% dos discentes apontaram que a titulação do professor não influencia em seu aprendizado. Parece haver contradição nas respostas dadas pelos discentes, quando analisados conjuntamente estes dois itens. Porém, o que se infere, é que o que o aluno retratou foi a prática docente e não a titulação do professor. Tais resultados coincidem com os obtidos por Fadel & Baldani (2013) em estudo onde os estudantes de odontologia chegaram a relatar que titulação não significa que o professor sabe ensinar. Os dados deste estudo apontam que os estudantes perceberam as mudanças implementadas na capacitação docente, tanto no tocante à titulação, quanto em sua formação pedagógica.

No item *“Você recebe do professor o conteúdo programático e o cronograma no início das disciplinas?”*, 82,8% dos discentes responderam afirmativamente; enquanto que no item *“Você recebe do professor o plano de aula, no início das aulas e/ou atividades práticas?”*, 53,5% deles também responderam *“sim”*. Estes resultados são semelhantes aos obtidos por Amorim & Bruni (2013), onde alunos de administração apontaram que o planejamento, com entrega do cronograma no início das atividades, facilitava o andamento

das aulas. Pode-se inferir que os discentes perceberam as implementações realizadas pela instituição, tanto na capacitação pedagógica, quanto no planejamento pedagógico.

2.5.3 Dimensão infra-estrutura

Esta dimensão foi avaliada como a de menor grau de satisfação, com média de 1,97, aproximando-se dos resultados obtidos por Andriola & Andriola (2009), em que 97,0% com estudantes do curso de pedagogia em sua pesquisa afirmaram que as instalações físicas de uma faculdade eram totalmente inadequadas. Nesta avaliação, de 6 itens, 5 foram considerados insatisfatórios pelos discentes de fisioterapia.

No item “*Na minha percepção, o número de livros, periódicos e teses do acervo bibliográfico da biblioteca é adequado.*”, obteve-se um nível de insatisfação de 88,0%, semelhante aos resultados do estudo de Mourão (2008), e aos do ENADE 2010 (INEP) realizados pelos discentes da IES que apontaram um percentual de apenas 30% de satisfação com relação as condições da biblioteca. Portanto, os discentes não perceberam as implementações realizadas pelo curso para melhoria da biblioteca, com criação de política de aquisição de livros e periódicos, reforma do ambiente, contratação de pessoal administrativo, convênio com a CAPES para oferta de periódicos. Novamente, percebe-se a necessidade de uma política de divulgação das implementações realizadas pela instituição.

O item “*Acho suficiente os laboratórios específicos de estudo do meu curso.*”, houve alto o grau de insatisfação, com 81,8%, e apenas 0,6% de satisfação total, justificado pelo pouco ou quase nenhum investimento nesta área. No ENADE de 2010 (INEP,) apenas 41,0% dos estudantes consideravam suficientes os laboratórios específicos do curso. Os resultados deste estudo indicaram a necessidade urgente de maior investimentos por parte da instituição para sanar estas fragilidades.

Em relação ao item “*Considero adequado o ambiente de convivência e lazer existentes no curso de fisioterapia.*”, foi encontrado um percentual de 83,1% de insatisfação, coincidindo com os resultados encontrados por Poffo & Marinho (2013) em seu estudo com estudantes de administração. Este resultado contrasta com as implementações feitas pela instituição que, mesmo com seu reduzido espaço físico, criou áreas de lazer, sala de estar com televisores, sofá, mesas e cadeiras. . Evidencia-se novamente a falta de política institucional de divulgação e comunicação .

O item “*Acho suficiente e adequado os equipamentos de fisioterapia utilizados nas aulas práticas.*”, apontou 80,5% de insatisfação. Este resultado coincide com o apontado no ENAD 2010 (INEP), no qual 60% dos ingressantes estavam insatisfeitos, e diverge totalmente do apresentado pelos concluintes do curso com um percentual de 80% de satisfação. Mourão (2008) em estudo realizado com estudantes de administração e ciências contábeis, também encontrou alto índice de insatisfação, quanto aos recursos disponibilizados nas aulas práticas, referindo que traz prejuízo à aprendizagem, pois tanto nestes cursos quanto na fisioterapia são necessários equipamentos adequados e suficientes para que os estudantes treinem habilidades e competências que lhes possibilitem aperfeiçoamento profissional. Este item talvez seja o mais complexo e que oferece maior dificuldade de implementação por parte das IES, pois demanda manutenção e atualização de equipamentos que, muitas vezes, ultrapassa a competência e autonomia da gestão institucional, comprometendo o funcionamento do curso, com o mínimo de equipamentos exigidos pelos órgãos avaliadores.

No Item “*Na minha percepção o acesso aos equipamentos de tecnologia da informação disponibilizados pelo curso de fisioterapia é adequado.*”, o resultado obtido revelou baixo nível de satisfação (0,6%), coincidindo com os resultados obtidos por Andriola & Andriola (2009), que apontou 84,2% de insatisfação de estudantes de pedagogia e por Antunes, Polito & Resende (2010) em seu estudo com alunos do curso de educação física que também identificou alto nível de insatisfação. Tais resultados indicam baixo grau de percepção de implementações feitas no curso, como implantação de rede *wifi* e laboratórios de informática, indicando que não há insuficiência de equipamentos, mas sim uma falha na divulgação e uso destes recursos disponibilizados.

Com relação ao item “*Acho que o ambiente de sala de aula propicia o meu aprendizado.*”, observou-se 60,2% de satisfação. Resultados semelhantes foram vistos por Antunes, Polito & Resende (2010) que encontrou um percentual de 73% de satisfação dos estudantes de educação física, com relação à adequação da sala de aula; e pelo ENADE (2010), que apresentou uma alta satisfação com esse indicador, onde mais de 50% dos ingressantes e concluintes julgaram esse aspecto positivamente. Por outro lado, o resultado obtido neste estudo diverge de Andriola & Andriola (2009), que encontraram um percentual de 64,4% de insatisfação dos estudantes do curso de pedagogia com relação a adequação das salas de aula e de Mourão (2008), que obteve também índice de insatisfação considerado

crítico e que comprometia o aprendizado. Este alto grau de satisfação pode ser resultado das implementações de melhorias no ambiente de sala de aula, tais como climatização, aquisição e implantação de equipamentos multimídias, regularidade na limpeza e arrumação das salas de aula, itens que são bastante perceptíveis pelos discentes na rotina diária do curso, uma vez que que melhora seu bem-estar e a qualidade da ambiência didático-pedagógica.

2.6 CONCLUSÃO

Diante dos dados obtidos, evidencia-se baixa percepção discente quanto às mudanças implementadas, após avaliação do curso de fisioterapia pelo Conselho Estadual de Educação - CEE/AL; Estes resultados apontaram predominância de insatisfação, por parte do discente, nas três dimensões pesquisadas.

Em relação ao corpo docente, foi a dimensão melhor avaliada, onde houve maior nível de satisfação, seguida pela dimensão organização didático-pedagógica. Quanto à infraestrutura, foi a dimensão de pior avaliação realizada pelos discentes.

Esta realidade demonstra a necessidade da instituição implantar uma política de divulgação e sensibilização discente frente às mudanças implementadas no curso.

REFERÊNCIAS

ABENFISIO. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO EM FISIOTERAPIA. Oficinas de implementação das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de fisioterapia: Projeto de Cooperação Técnica. OPAS/DEGES/MS. Relatório técnico. ABENFISIO. Brasília, 2007.

ABREU JUNIOR, Nelson de. Sistema(s) de avaliação da educação superior brasileira. Cad. CEDES [online]. 29(78), 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000200008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 Abr. 2014.

ABREU, M. C.; MASETTO, M. T. O professor em aula: prática e princípios teóricos. In: RUIZ, C., TAKAO, S., FERNANDES, L. A percepção dos alunos do curso de fisioterapia em relação à disciplina de atividade prática assistida da universidade de Uberaba, MG. Rev. Triâng, 2011. Disponível em: <<http://www.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/46>>. Acesso em: 06 Fev. 2013.

ALAGOAS. Conselho Estadual de Educação. Relatório de avaliação do curso de fisioterapia realizado pelo Conselho Estadual de Educação para fins de renovação e reconhecimento. Maceió, 2009.

_____. Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Fisioterapia. Maceió, 2008.

ALMEIDA, T. L.; PINTO, S. S.; PICCOLI, H. C. Auto-avaliação na fundação universidade federal do rio grande: metodologia de avaliação. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, vol.12, n.3, p. 515-530, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772007000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Jan. 2013.

AMORIM, P. F. A.; BRUNI, L. A. A percepção dos discentes sobre os atributos dos professores-referência no ensino de contabilidade: um estudo na faculdade Anísio Teixeira. Rev. Adm. Cont., Feira de Santana, vo.5, n.1, p. 63-72, 2013. Disponível em: <<http://www.reacfat.com.br/Index.php/reac/article/viewFile/99/89>>. Acesso em: 23 Jan. 2014.

ANDRIOLA, W. B.; ANDRIOLA, C. G. Avaliação da qualidade educacional da faculdade de educação (FACED) da universidade federal do Ceará (UFC). aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, vol.17, n.62, p.153-168, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362009000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Jan. 2014.

ANTUNES, M. M.; POLITO, M. D.; RESENDE, H. G. Aspectos interferentes na qualidade do curso de educação física na ótica do corpo discente. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, vol.15, n.2, p.163-182, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772010000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Jan. 2013.

BELLONI, I. A função social da avaliação institucional In: DIAS, A. M. I.; KETZER, S. M. (Orgs). Memória do ForGrad: 20 anos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras: unidade na diversidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

BRASIL. Decreto 2.026/1996. Dispõe sobre os procedimentos para o processo de avaliação de cursos e das Instituições de Ensino Superior. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D2026.htm>. Acesso: 23 jan. 2013.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de setembro de 1996. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso: 23 jan. 2013.

_____. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Fisioterapia. Resolução CNE/CES nº 4, de 19 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES042002.pdf>>. Acesso: 23 jan. 2013.

_____. Lei nº 10.861/2004, Dispõe sobre a criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm>. Acesso: 23 jan. 2013.

COLARES, M.F.A. et al. Construção de um instrumento para avaliação das atitudes de estudantes de medicina frente a aspectos relevantes da prática médica. *Rev. Bras. Educ. Méd.* 26(3):194-203, 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-55022009000500011&lng=en&nrm=iso>. Acesso: 23 jan. 2013.

CORTELAZZO, A. L.. Indicadores de avaliação e qualidade na graduação. In: DIAS, A. M. I.; KETZER, S. M. (Orgs). *Memória do ForGrad: 20 anos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras: unidade na diversidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

DE BEM, A. B.. Confiabilidade e validade estatísticas da avaliação docente pelo discente: proposta metodológica e estudo de caso. In: PASQUINI, E. S; SANTOS, M.; PASQUAL, J.; et al. *Avaliação dos cursos de ensino superior através da ótica discente de satisfação/insatisfação*. *Rev. Facul. Adm. Econ.* vol.3, n.2, p.147-165, 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ReFAE/article/view/3118/2884>>. Acesso em: 22 Jan. 2013.

DELLORS, J. *Educação: um tesouro a descobrir*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação e transformação da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES*. In: MARTINS, J. J. N.; REGO, S. *Educação médica: gestão, cuidado, avaliação*. São Paulo: Hucitec. Rio de Janeiro: Assoc. Bras. Educ. Méd. 2011.

DIAS, A. M. I.; KETZER, S. M. (Orgs). *Memória do ForGrad: 20 anos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras: unidade na diversidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

FADEL, C. B.; BALDANI, M. H.. Percepções de formandos do curso de odontologia sobre as diretrizes curriculares nacionais. *Trab. Educ. Saúde.*, Rio de Janeiro, vol.11, n.2, p.339-354, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462013000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 04 Mar. 2014.

FERNANDES, J.D; XAVIER, I. M; CERIBELLI. M. I. P. F; BIANCO, M. H. C. et al. *Diretrizes curriculares e estratégias para implantação de uma nova proposta pedagógica*. *Rev. Esc. Enferm. USP*, São Paulo, vol.39, n., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342005000400011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 Abr. 2014.

FEUERWERKER, L.; ALMEIDA, M. *Diretrizes curriculares e projetos pedagógicos: é tempo de ação!*. *Rev. bras. enferm.* [online], vol. 56, n.4, p.351-352, 2003 Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672003000400006>>. Acesso em: 22 Mar. 2013.

GASPARETTO, Agenor. *Avaliação institucional: processo doloroso de mudança: a experiência da UESC*. Ilhéus, Bahia, 2006. Disponível em <<http://www.socio-estatistica.com.br/avalia.htm>>. Acesso em: 14 Abr. 2014.

GATTI, B. A. *Avaliação institucional, avaliação institucional e acompanhamento de instituições de ensino superior*. In: DIAS, AMI; KETZER, SM (orgs). *Memória do ForGrad:*

20 anos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras: unidade na diversidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

LAPA, J. S.; NEIVA, C. C. Avaliação em educação: comentário sobre desempenho e qualidade. In: DIAS, A. M. I.; KETZER, S. M. (Orgs). Memória do ForGrad: 20 anos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras: unidade na diversidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

LEITE, D.; SANTIAGO, R. LEITE, M. C. L. et al. Estudantes e avaliação da universidade: um estudo conjunto Brasil-Portugal. Cad. Pesq. vol.37, n.132, p.661-686, 2007.

MOURÃO, J.C.C. Visão dos discentes sobre o programa de interiorização da universidade federal fluminense, em Macaé – RJ. Anais do IV congresso nacional de excelência em gestão. Niterói, RJ, Brasil, 2008.

NAJJAR, E. C. A.; ALVES, L. M. S. A. A pesquisa no curso de terapia ocupacional: percepção de docentes e discente. Cad. Educ. Facul. Educ. UFPel. Pelotas, vol.36, p.293-318, 2010.

PALHARINI, F. A. 1999. PAIUB – trajetória da qualidade. In: DIAS, A. M. I.; KETZER, S. M. (Orgs). Memória do ForGrad: 20 anos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras: unidade na diversidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

PASQUALI, L. Psicometria: teoria dos testes na psicologia e educação. Petrópolis: Vozes, 2010.

PASQUINI, E. S.; SANTOS. M.; PASQUAL, J.; et al. Avaliação dos cursos de ensino superior através da ótica discente de satisfação/insatisfação. Rev. Facul. Adm Econ. vol.3, n.2, p.147-165, 2012. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ReFAE/article/view/3118/2884>>. Acesso em: 22 Jan. 2013.

PEIXOTO, M. C. L. Avaliação institucional externa no SINAES: considerações sobre a prática recente. Avaliação (Campinas), Sorocaba, vol.16, n.(1, p.11-36, 2011. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Abr. 2014.

PERIN, G. I. Avaliação da educação superior: uma realidade na educação médica. In: MARTINS, J. J. N.; REGO, S. (Org) Educação médica: gestão, cuidado, avaliação. São Paulo: Hucitec. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica, 2011.

POFFO, G. D.; MARINHO, S. V. Aplicação do modelo hedperf no curso de administração da faculdade avantis: percepção da qualidade discente. Revista GUAL, Florianópolis, vol.6, n.2, p.210-230, abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/gual/article/view/19834535.2013v6n2p210/24574>>. Acesso em: 12 Mar. 2014.

POLIDORI, M. M.; MARINHO-ARAÚJO, C. M.; BARREYRO, G. B. SINAES: perspectivas e desafios na avaliação da educação superior brasileira. Ensaio: aval.pol públ.Educ., Rio de Janeiro, vol.14, n.53, 2006. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362006000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Abr. 2014.

RISTOF, D.; GIOLO, J. O Sinaes como sistema. R B P G, Brasília, vol.3, n.6, p.193-213, 2006.

SILVA, H. R.; FERREIRA, B. J.; RUIZ-MORENO, L. A percepção do acadêmico de enfermagem da universidade federal do Pará, Brasil. Anais do IX congresso internacional sobre investigación em Didácticas de las ciências, Girona, 9-12, 2013.

SOUZA, S. A.; REINERT, J. N. Avaliação de um curso de ensino superior através da satisfação/insatisfação discente. Avaliação: Rev. Aval. Educ. Sup. Campinas, Sorocaba, vol.15, n.1, p.159-176, 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772010000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Mar. 2014.

STELLA, R. C. de R; ABDALLA, I. G.. Avaliação da escolas médicas no Brasil segundo modelo oficial/MEC. In: MARTINS, J. J. N.; REGO, S. Educação médica: gestão, cuidado, avaliação. São Paulo: Hucitec. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica, 2011.

TEIXEIRA, R. C. Projeto pedagógico dos cursos de fisioterapia da região Norte: (des) caminhos da aderência, potencialidade e fragilidade. 2010. 227p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

3 PRODUTO DE INTERVENÇÃO: “FÓRUM PERMANENTE DO CURSO DE FISIOTERAPIA DA UNCISAL”

3.1 Introdução

O resultados da pesquisa realizada revelou a necessidade de criação de políticas de comunicação das ações desenvolvidas no curso de fisioterapia, posto que houve baixa percepção discente quanto às mudanças no curso de fisioterapia após avaliação do curso pelo CEE/AL.

As Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) estabelecidas no ano de 2002, para o curso de graduação em fisioterapia, geraram a necessidade dos cursos investirem na construção de práticas pedagógicas com o objetivo de atender as exigências e possibilitar a incorporação de novas demandas (BRASIL, 2002).

Deste modo, tornou-se importante que os cursos utilizem estratégias que propiciem aos alunos, conhecimento de seus sentimentos, emoções, fragilidades e potencialidades como questões que devem ser fortalecidas na sua formação para que possam cuidar do cliente sob sua responsabilidade (FARIAS, 2005).

Atualmente muitos cursos vêm buscando alternativas pedagógicas inovadoras que possam consolidar uma formação mais coerente com o perfil profissional desejado para o cotidiano dos serviços de saúde. Busca-se formar um profissional crítico, reflexivo, humano, comprometido com as necessidades sociais e de saúde, que saiba trabalhar em equipe e aberto aos avanços tecnológicos vigentes em nossa sociedade (BRASIL, 2002).

Segundo Freire (1983), o aluno tem a atribuição de construir o seu agir sobre situações e desafios, levantando hipóteses e testando-as, já que ser crítico é capacidade que o aluno tem de atuar e de transformar a realidade com as ações que ele propõe, associando-as a sua capacidade de refletir.

A idealização de um fórum permanente do curso de fisioterapia é proveniente da reflexão sobre os resultados obtidos na pesquisa realizada no Mestrado Profissional em Ensino na Saúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas, bem como do processo de reestruturação do curso, com a reformulação de seu projeto político pedagógico e da matriz curricular.

Assim, com a criação do Fórum, surge mais um espaço democrático de discussão sobre a qualidade do curso, que envolva a participação do discente nos rumos do seu curso, representando um produto de intervenção para o campo acadêmico, com o objetivo de

contribuir na reflexão/ação dos rumos do curso de fisioterapia da UNCISAL, com a participação ativa dos atores envolvidos.

3.2 O que é um Fórum Permanente?

É um órgão colegiado, que serve como espaço para discussão sobre tópicos específicos relacionados à área de interesse. Nele, serão conjugados esforços entre os participantes para elaboração de propostas e ações com objetivo de promover o desenvolvimento e enfrentamento de determinados problemas e realidade comuns a todos (SANTA CATARINA, 2011).

O fórum tem um importante papel no sentido de defender os interesses de setores/instituições, bem como congregar diversas entidades de representação que trabalhem também em prol do referido setor.

3.3 Criação do Fórum Permanente do curso de Fisioterapia

Como já mencionado, surgiu como proposta de intervenção, após a análise dos resultados da pesquisa de dissertação do Programa de Mestrado Profissional em Ensino na Saúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas, e do momento de reestruturação pedagógica do curso de Fisioterapia da UNCISAL, com elaboração de novo projeto político e nova matriz curricular.

O curso de fisioterapia da Uncisal passou por dois processos de avaliação externa do curso: o primeiro, em 2003, para o reconhecimento do curso e, o segundo, em 2009, para renovação do curso.

O processo avaliativo, realizado em 2009 pelo Conselho Estadual de Educação-CEE/AL, utilizando-se do instrumento do SINAES, determinou que o curso estava em diligência, devido às fragilidades encontradas, sendo recomendadas o saneamento das demandas detectadas.

A UNCISAL, num esforço para adequar o curso de fisioterapia às exigências legais e pedagógicas apontadas nos relatórios da avaliação de curso, realizada pelo Conselho Estadual de Educação de Alagoas (CEE/AL) buscou implementar mudanças com vistas a atingir um nível de funcionamento adequado que atendessem as três dimensões do SINAES, e, conseqüentemente, sair do processo de diligência.

Dentre as mudanças implementadas, podemos citar: elaboração/reflexão de um novo projeto político pedagógico; ampliação e diversificação dos cenários de aprendizagem;

reorganização de carga horária das disciplinas; criação de uma política de educação permanente dos professores, com incentivo à titulação dos professores e capacitação didático-pedagógica; divulgação no site da instituição dos planos de ensino e cronogramas das aulas; melhorias dos laboratórios gerais e específicos, com aquisição de equipamentos e melhoria na infra-estrutura; criação de laboratórios de informática; acesso a internet via rede *wifi*; criação de uma política de aquisição e melhoria do acervo bibliográfico, acesso portal da CAPES; melhoria em todas as salas de aulas, com climatização e equipamentos multimídia; e criação de área de convivência.

Uma vez implementadas as medidas saneadoras, restava saber se os atores, de modo particular o discente, as perceberam. Daí surge o interesse em pesquisar, se houve ou não, percepção por parte do discente sobre tais mudanças.

Os resultados alcançados apontavam para uma baixa percepção discente quanto a estas mudanças implementadas, demonstrando falha na política de comunicação entre o os discentes e a gestão do curso e da instituição.

Evidenciou-se ainda a necessidade da instituição implantar uma política de divulgação e sensibilização discente, frente a tais mudanças implementadas no curso.

Para tentar suprir esta lacuna, e visando proporcionar um diálogo constante entre os atores sociais envolvidos no curso, é que surgiu a proposta de criação de um Fórum Permanente, servindo como espaço para discussão sobre o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem.

Aproveitando o momento de reestruturação por que passa o curso, e após discussões, o fórum foi inserido no Projeto Político Pedagógico do curso, com aprovação do colegiado do curso, passando a ser uma instância de avaliação do curso, conforme descrito abaixo:

“4) Avaliações realizadas no âmbito do curso, junto aos alunos e professores:
É realizado um Fórum Permanente de discussão entre a representação estudantil (centros acadêmicos, diretório acadêmico e representantes de turmas), os docentes e a gestão de curso, com periodicidade bimestral, com objetivo de propiciar um cenário de debate e discussão acerca do rumos do curso, no tocante às questões de ensino-aprendizagem, gestão, processos avaliativos, entre outros (...)”
(Alagoas, 2014).

3.4 Estrutura e funcionamento do Fórum Permanente do curso de Fisioterapia

O Fórum será composto por membros:

- da gestão do curso:
 - ✓ coordenador do curso;
 - ✓ membros do colegiado;
 - ✓ membros do núcleo docente estruturante.
- da representação estudantil:
 - ✓ representante do centro acadêmico;
 - ✓ representante do diretório central dos estudantes;
 - ✓ representantes de turmas.

As reuniões terão periodicidade bimestral.

3.5 Atribuições do Fórum permanente do curso de Fisioterapia

- ✓ Criação de uma cultura de escuta e participação ativa, promovendo a articulação e a integração entre os atores envolvidos no processo ensino-aprendizagem do curso;
- ✓ Promover espaços e oportunidades de discussão, reflexão e socialização sobre as potencialidades e fragilidades do curso;
- ✓ Articular as ações voltadas ao desenvolvimento de programas e ações do curso;
- ✓ Propor mecanismos de apoio ao bom andamento pedagógico do curso;
- ✓ Formular e acompanhar a implantação de políticas educacionais no âmbito do curso.

3.6 Considerações finais

Diante dos resultados obtidos com a pesquisa, a criação e institucionalização de um Fórum permanente que congrega os atores sociais (professor, gestão do curso e discentes) representa um avanço do ponto de vista pedagógico e científico.

Se, de um lado, a criação do fórum permanente de avaliação do curso, proporciona ganhos pedagógicos, possibilitando reflexão, integração e articulação do processo ensino-aprendizagem; por outro lado, representa também um ganho científico, posto que proporciona

um retorno para sociedade, da análise e reflexão oriundas dos resultados obtidos com a pesquisa.

Referências

ALAGOAS. Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Fisioterapia. Maceió, 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Fisioterapia. Resolução CNE/CES nº 4, de 19 de fevereiro de 2002. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES042002.pdf>>. Acesso: 23 jan. 2013.

FARIAS, F. L. R. Programa tutorial acadêmico no curso de enfermagem: o aluno como sujeito do cuidado. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, 39(2):125-128, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342005000200001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 26 Out. 2011.

FREIRE, P. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

SANTA CATARINA. Fórum de Apoio à Formação Docente. Santa Catarina, 2011. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/noticias/2886-forum-de-apoio-a-formacao-docente-realiza-reuniao-ordinaria-na-sed>>. Acesso em: 28 Maio. 2014.

4 CONCLUSÃO GERAL

Este trabalho propôs identificar a percepção dos discentes sobre as mudanças implementadas, após avaliação do curso de fisioterapia de uma IES pública pelo Conselho Estadual de Educação - CEE/AL.

Na realização do mesmo, foi possível entender que as mudanças implementadas pela UNCISAL para corresponder às exigências da avaliação do CEE/AL, em sua maioria, não foram percebidas pelos discentes, resultando um baixo nível de satisfação com o curso nas três dimensões analisadas.

Evidenciou-se também falha na divulgação, demonstrando clara necessidade da instituição implantar estratégias para divulgação e sensibilização discente, frente às mudanças implementadas no curso.

Como produto proveniente desta pesquisa foi sugerido a criação de um fórum permanente de avaliação do curso, que atuaria como um cenário de debates sobre o desenvolvimento do curso. O fórum foi aprovado pelo colegiado e inserido novo Projeto Político Pedagógico, passando a fazer parte das estratégias de avaliação interna do curso.

O trabalho trouxe contribuições para o curso, para o pesquisador, e para a sociedade.

Para o curso, por levantar dados que poderão servir para o seu desenvolvimento, com a criação de um Fórum permanente.

Para o pesquisador, por ter servido como passo na consolidação de sua cultura científica, além de lhe propiciar aprofundar aspectos sobre o local e o curso onde exerce a docência.

Para a sociedade, por ser mais uma ferramenta de reflexão/ação para o desenvolvimento de um curso que contribui para a qualidade de vida das pessoas, de modo particular no campo de sua capacidade e funcionalidade.

Sendo assim, serviu para consolidar o propósito de um mestrado profissional, que tem como característica a elaboração de um produto, que seja palpável e útil ao ambiente originário do pesquisador, ou seja, uma intervenção produtiva na sua prática docente. .

REFERÊNCIAS GERAIS

ALAGOAS. Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL). Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Fisioterapia. Maceió, 2008.

ANTUNES, M. M.; POLITO, M. D.; RESENDE, H. G. Aspectos interferentes na qualidade do curso de educação física na ótica do corpo discente. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, vol.15, n.2, p.163-182, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772010000200009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 Jan. 2013.

DIAS, A. M. I.; KETZER, S. M. (Orgs). Memória do ForGrad: 20 anos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras: unidade na diversidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

LAPA, J. S; NEIVA, C. C. 1996. Avaliação em educação: comentário sobre desempenho e qualidade. In: DIAS, A. M. I.; KETZER, S. M. (Orgs). Memória do ForGrad: 20 anos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Graduação das Universidades Brasileiras: unidade na diversidade. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

PEIXOTO, M. C. L. Avaliação institucional externa no SINAES: considerações sobre a prática recente. Avaliação (Campinas), Sorocaba, vol.16, n.1, p.11-36, 2011. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772011000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 Abr. 2014.

SOUZA, S. A.; REINERT, J. N. Avaliação de um curso de ensino superior através da satisfação/insatisfação discente. Avaliação: Rev. Aval. Educ. Sup. Campinas, Sorocaba, vol.15, n.1, p.159-176, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772010000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Mar. 2014.

STELLA, R. C. de R; ABDALLA, I. G.. Avaliação da escolas médicas no Brasil segundo modelo oficial/MEC. In: MARTINS, J. J. N.; REGO, S. Educação médica: gestão, cuidado, avaliação. São Paulo: Hucitec. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Educação Médica, 2011.

APÊNDICE A – Formulário de coleta de dados

**INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA PERCEPÇÃO DISCENTE DAS DEMANDAS
IMPLEMENTADAS APÓS A AVALIAÇÃO DO CURSO PELO CONSELHO
ESTADUAL DE EDUCAÇÃO/ALAGOAS**

Pesquisador: Augusto César Alves de Oliveira (082) 9966-2208

E-mail: acaofisio@yahoo.com

Data de preenchimento: ___/___/2013

INSTRUÇÕES: Por favor, leia atentamente cada uma das afirmações a seguir e identifique o quanto você percebe durante suas atividades estudantis alguns indicadores de avaliação do curso de fisioterapia em todos os períodos de vivência desde a sua entrada até hoje. Por favor, utilize a escala de resposta abaixo para indicar suas respostas.

1	2	3	4	5
Discordo totalmente.	Discordo parcialmente.	Nem discordo, nem concordo	Concordo parcialmente.	Concordo totalmente.
Dimensão 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA				
1.(___) Para mim é fácil acessar o Projeto Político Pedagógico do curso de fisioterapia no <i>site</i> da UNCISAL.				
2.(___) Percebo que o representante discente repassa tudo o que é discutido em reuniões sobre o andamento do curso com o coordenador.				
3.(___) Considero que terei uma boa formação profissional ao final do curso.				
4.(___) Percebo que a relação teoria-prática das disciplinas durante o curso é adequada.				
5.(___) Considero suficiente os cenários de prática do curso.				
6.(___) Sou incentivado pelo curso a realizar atividades de pesquisa.				
7.(___) Sou incentivado pelo curso a realizar atividades de extensão.				
8.(___) Percebo na aula prática que é obedecida a relação número de docente/número de alunos.				
9. (___) Na minha percepção a quantidade de material didático complementar sugerido e ofertado pelo curso é adequado.				
10.(___) Sinto-me assistido em minhas necessidades acadêmicas pelo meu professor.				
11.(___) Sinto-me assistido em minhas necessidades acadêmicas pelo meu coordenador.				
1.A distribuição semanal das aulas interferem no seu aprendizado?			Sim ()	Não ()
2.As disciplinas do curso são distribuídas de forma pedagógicamente hierarquizadas e facilitam o seu aprendizado contínuo?			Sim ()	Não ()
3.As avaliações de aprendizagem tem momento de devolutiva?			Sim ()	Não ()

INSTRUÇÕES: Por favor, leia atentamente cada uma das afirmações a seguir e identifique o quanto você percebe durante suas atividades estudantis alguns indicadores de avaliação do curso de fisioterapia em todos os períodos de vivência desde a sua entrada até hoje. Por favor, utilize a escala de resposta abaixo para indicar suas respostas.

Dimensão 2: CORPO DOCENTE
1.(____) A titulação do meu professor favorece o seu comprometimento com as atividades de ensino.
2.(____) A titulação do meu professor favorece o seu comprometimento com as atividades de pesquisa.
3.(____) A titulação do meu professor favorece o seu comprometimento com as atividades de extensão.
4.(____) Percebo a disponibilidade do meu professor para discussão e retirada de dúvidas, fora do horário de aulas.

1.Você considera que os professores com titulação acadêmica apresentam maior formação pedagógica que influencia no seu aprendizado?	Sim () Não ()
2.Você considera que os professores sem titulação acadêmica, apresentam deficiências didático-pedagógicas que influenciam no seu aprendizado ?	Sim () Não ()
3.Você recebe do professor o conteúdo programático e o cronograma no início das disciplinas?	Sim () Não ()
4.Você recebe do professor o plano de aula no início das aulas e/ou atividades práticas?	Sim () Não ()

Dimensão 3: INFRA-ESTRUTURA
1.(____) Na minha percepção número de livros, periódicos e teses do acervo bibliográfico da biblioteca é adequado.
2.(____) Acho suficiente os laboratórios específicos de estudo do meu curso.
3.(____) Considero adequado o ambiente de convivência e lazer existentes no curso de fisioterapia.
4.(____) Acho suficiente e adequado os equipamentos de fisioterapia utilizados nas aulas práticas.
5.(____) Na minha percepção o acesso aos equipamentos de tecnologia da informação disponibilizados pelo curso de fisioterapia é adequado.
6.(____) Acho que ambiente de sala de aula propicia o meu aprendizado.

FINALMENTE, PERMITA-NOS CONHECÊ-LO UM POUCO MAIS.

01. Você é: Homem Mulher

02. Por favor, indique sua idade: _____ anos

03. Ano do Curso: 1º Ano 2º Ano 3º Ano 4º Ano 5º Ano

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (T.C.L.E.)

“O respeito devido à dignidade humana exige que toda pesquisa se processe após consentimento livre e esclarecido dos sujeitos, indivíduos ou grupos que por si e/ou por seus representantes legais manifestem a sua anuência à participação na pesquisa.” (Resolução. nº 196/96-IV, do Conselho Nacional de Saúde).

Eu,....., tendo sido convidado(a) a participar como voluntário(a) da pesquisa intitulada **“PERCEPÇÃO DISCENTE DAS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS APÓS A AVALIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE FISIOTERAPIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS/UNCISAL”** que será realizado com os discentes do curso de Fisioterapia da UNCISAL, recebi do do pesquisador responsável **Augusto César Alves de Oliveira** e do orientador **Prof. Dr. Mario Jorge Jucá**, responsáveis por sua execução, as seguintes informações que me fizeram entender sem dificuldades e sem dúvidas os seguintes aspectos:

1. Que o estudo se destina a identificar a percepção do discente das mudanças implementadas após a avaliação do curso de graduação de fisioterapia da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas/Uncisal;
2. Que esse estudo começou em maio de 2013 e terminará em maio de 2014, sendo que o período de coleta de dados ocorrerá entre setembro e outubro de 2013.
3. Que a importância deste estudo é obter informações sobre o impacto das mudanças implementadas em meu curso, a partir da ótica discente uma vez que esse levantamento serviria de base para detectar se tais mudanças favorecem o processo de ensino-aprendizagem, bem como contribuiria para o aprimoramento do curso no âmbito pedagógico.
4. Que os resultados que se desejam alcançar são: identificar, na ótica do discente, a repercussão de implementações feitas na estrutura do curso em decorrência de processos avaliativos; incentivar a cultura da escuta e participação do discente nas tomadas de decisões sobre a organização didático pedagógica, corpo docente e infraestrutura do curso. O que poderá contribuir de forma positiva na formação do discente.
5. Que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob Parecer nº/ano.
6. Que eu participarei do estudo respondendo ao questionário com questões do tipo Likert e binárias. E poderei me negar a responder a qualquer item do questionário.
7. Que os dados obtidos neste estudo serão procedentes de questionário e de dados de identificação. E que estes dados estarão sob garantia de sigilo dos pesquisadores, sendo destruídos após as leituras, análise e publicação dos resultados.
8. Que os possíveis riscos previsíveis que eu terei com esta pesquisa são: quebra de sigilo sobre os dados coletados, no entanto, estou ciente que os mesmos estarão disponíveis apenas ao pesquisador principal e ao orientador desta pesquisa; tempo utilizado com a minha participação neste estudo, sendo minimizado com esclarecimento prévio prestado durante a assinatura do TCLE e explicação dos objetivos da pesquisa; constrangimento por não saber responder algumas ou todas as questões do questionário, minimizado pela liberdade de não responder nada que não me convenha, tendo garantias no sigilo das informações obtidas conforme descrito anteriormente; modificação da rotina diária do participante, minimizado pela combinação do melhor horário com antecedência, permitindo uma organização do mesmo.
9. Que poderei contar com a assistência do pesquisador responsável Augusto César Alves de Oliveira e do orientador Prof. Dr. Mário Jorge Jucá para solucionar qualquer problema relacionado a esta pesquisa.
10. Que os benefícios que deverei esperar com a minha participação, seja diretamente ou indiretamente: o de participar de uma pesquisa que valoriza a minha percepção sobre as mudanças implementadas em meu curso; o de refletir sobre o que acontece no meu curso; os resultados desta pesquisa poderá trazer conhecimento científico e formular estratégias que visem favorecer o desenvolvimento do curso. Para tanto, estou ciente que o pesquisador principal se compromete em oferecer cópia do artigo, bem como apresentar os resultados aos discentes, à coordenação do curso e aos demais órgãos competentes da Instituição, a fim de que possa proporcionar momentos de reflexão sobre os rumos do meu curso.
11. Que, sempre que desejar, serão fornecidos esclarecimentos sobre cada uma das etapas do estudo.



12. Que, a qualquer momento, eu poderei recusar a continuar participando do estudo e, também, que eu poderei retirar este meu consentimento, sem que isso me traga qualquer penalidade ou prejuízo.
13. Que as informações obtidas através da minha participação não permitirão a identificação da minha pessoa, exceto aos responsáveis pelo estudo.
14. Que a minha participação será acompanhada do seguinte modo: registro das minhas respostas no questionário com o acompanhamento dos pesquisadores.
15. Que eu deverei ser ressarcido por qualquer despesa que venha a ter com a minha participação nesse estudo e, também, por todos os danos que venha a sofrer pela mesma razão, sendo que, para essas despesas, foi-me garantida a existência de recursos.
16. Que serei indenizado caso me sobrevenha algum dano decorrente da minha participação na pesquisa

Finalmente, tendo eu compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implicam, concordo em dele participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

Endereço do(a) participante-voluntário(a)

Domicílio: (rua, praça, conjunto):
 Bloco: /Nº: /Complemento:
 Bairro: /CEP/Cidade: /Telefone:
 Ponto de referência:

Contato de urgência: Sr. Augusto César Alves e Oliveira
 Domicílio: Rua Artur Vital da Silva, 573, apto. 303, Edf. Saint Martin
 Gruta de Lourdes, CEP: 57031-530, Maceió-AL.
 Telefone: (82) 9966-2208 Email: acaofisio@yahoo.com
 Ponto de referência: Rua do Hospital Santa Luzia


Endereço do responsável pela pesquisa (OBRIGATÓRIO):

Instituição: Universidade Federal de Alagoas
 Endereço: Rua Artur Vital da Silva, 573, apto. 303, Edf. Saint Martin
 Gruta de Lourdes, CEP: 57031-530, Maceió-AL
 Telefones p/contato: 9966-2208 Email: acaofisio@yahoo.com

ATENÇÃO: Para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo, dirija-se ao:
Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas:
 Prédio da Reitoria, sala do C.O.C. , Campus A. C. Simões, Cidade Universitária, Maceió
 Telefone: 3214-1041

 (Assinatura ou impressão datiloscópica
 do(a) voluntário(a) ou responsável legal
 - (Rubricar as demais folhas)

 Mario Jorge Jucá
 (Rubricar as demais páginas)


 Augusto César Alves de Oliveira
 (Rubricar as demais páginas)

Ass

ANEXO A – Termo de Autorização da Instituição Pesquisada



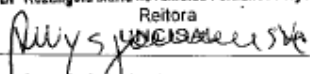
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS -
 UNCISAL
 Transformada pela Lei nº 6.660 de dezembro de 2005
 Campus Governador Lamenha Filho – Rua Jorge de Lima, 113
 Trapiche da Barra, CEP. 57.010.300
 Maceió – Alagoas

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA

Eu, Rozângela Maria de Almeida Fernandes Wyszomirska, Reitora da Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas – UNCISAL declaro estar ciente dos termos da Resolução 196 de 09/10/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde autorizo a realização do projeto de pesquisa **“PERCEPÇÃO DISCENTE DAS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS APÓS A AVALIAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO DE FISIOTERAPIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS/UNCISAL”** desenvolvida por **Augusto César Alves de Oliveira**, mestrando do curso de Mestrado Profissional em Ensino na Saúde da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Alagoas, após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Vivos.

Maceió, 24 de maio de 2013.

Prof. Dr.^a Rozângela Maria de Almeida Fernandes Wyszomirska
 Reitora


 Prof. Dra. Rozângela Maria de Almeida Fernandes Wyszomirska
 Reitora da UNCISAL

**ANEXO B – Parecer consubstanciado do Comitê de Ética em
Pesquisa/UFAL**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PERCEPÇÃO DISCENTE DAS MUDANÇAS IMPLEMENTADAS APÓS A AVALIAÇÃO DO CURSO DE FISIOTERAPIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DE ALAGOAS/UNCISAL

Pesquisador: Augusto César Alves de Oliveira

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 18976813.3.0000.5013

Instituição Proponente: Universidade Federal de Alagoas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 398.217

Data da Relatoria: 04/10/2013

Apresentação do Projeto:

Estadual de Educação em 2009, tendo como objetivo geral identificar a percepção discente sobre as mudanças implementadas após a Avaliação do Curso de Fisioterapia pelo Conselho Estadual de Educação - CEE/AL e como objetivos específicos: 1) identificar as mudanças implementadas e as políticas institucionais para responder as demandas apontadas pela avaliação do CEE/AL; 2) Identificar quais as mudanças mais perceptíveis para o discente após as mudanças implementadas pelo curso. Este trabalho torna-se relevante e importante por não ter sido ainda desenvolvido neste curso de Fisioterapia pesquisas sobre o tema e pela escassez de estudos nesta área em nosso Estado. Sem dúvida, passar por um processo avaliativo e, muitas vezes, desconfortável, sempre gera insegurança, receios, insatisfações, conflitos e desconfianças em relação à autenticidade ou demandas elencadas. Por outro lado o resultado de uma avaliação de curso gera conhecimentos que possibilita planejar ações destinadas à superação das dificuldades. Neste contexto, captar a percepção dos atores envolvidos significa trabalhar diversos olhares em relação a um objeto de estudo, e isso implica em conflitos, desconfortos, logo inquietações das mais diversas naturezas atendo-se às potencialidades e fragilidades encontradas no decorrer do processo. Os sujeitos desta pesquisa serão os discentes do segundo e quinto ano do curso de bacharelado em Fisioterapia da

Endereço: Campus A - C Simões Cidade Universitária
Bairro: Tabuleiro dos Martins **CEP:** 57.072-900
UF: AL **Município:** MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 **Fax:** (82)3214-1700 **E-mail:** comitedeeticaufal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 398.217

Universidade de Ciências da Saúde de Alagoas. O estudo será do tipo descritivo com abordagem quantitativa. O instrumento de coleta de dados será um questionário tipo Likert estruturado. As respostas das questões serão analisadas de forma percentual e utilizando métodos estatísticos que traduzam a percepção de cada situação problematizada.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar a percepção dos discentes sobre as mudanças implementadas após Avaliação do Curso de Fisioterapia pelo Conselho Estadual de Educação - CEE/AL

Objetivo Secundário:

1) Identificar quais as mudanças mais perceptíveis pelo discente após as implementações realizadas pelo curso; 2) Identificar percepção discente após as mudanças implementadas avaliação do CEE/AL.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Quanto aos riscos citados pelo pesquisador e informado que há riscos de quebra de sigilo, o que está em contraposição às exigências da Resolução 466/2012 que determina a garantia de sigilo. Se esse risco não pode ser solucionado a pesquisa não poderá ocorrer.

Quanto aos benefícios, todos os que foram especificados estão de acordo.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A metodologia está adequada aos objetivos da pesquisa.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Toda a documentação foi apresentada adequadamente.

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Protocolo atende as recomendações da Resolução 466/12.

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Endereço: Campus A . C Simões Cidade Universitária
Bairro: Tabuleiro dos Martins CEP: 57.072-900
UF: AL Município: MACEIO
Telefone: (82)3214-1041 Fax: (82)3214-1700 E-mail: comitedeeticaufal@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
ALAGOAS



Continuação do Parecer: 398.217

MACEIO, 17 de Setembro de 2013

Assinador por:
Deise Juliana Francisco
(Coordenador)

ANEXO C - Comprovante de submissão de artigo à revista

● [CPE] Agradecimento pela submissão ★

● **Secretaria Executivo**

Hoje em 7:55 PM ★

Para Eu

AUGUSTO CÉSAR ALVES DE OLIVEIRA,

Agradecemos a submissão do seu manuscrito "Percepção discente quanto às mudanças implementadas após avaliação do curso de fisioterapia em uma instituição de ensino superior pública" para a revista Cadernos de Pesquisa em Educação. Através da interface de administração do sistema, utilizado para a submissão, será possível acompanhar o progresso do documento dentro do processo editorial, bastando logar no sistema disponível em:

URL do Manuscrito: <http://periodicos.ufes.br/educacao/author/submission/8382>

Login: professor-augusto

Em caso de dúvidas, entre em contato através deste email.

Agradecemos mais uma vez considerar nossa revista como meio de transmitir ao público seu trabalho.

Secretaria Executivo
Cadernos de Pesquisa em Educação
Cadernos de Pesquisa em Educação
<http://periodicos.ufes.br/educacao>